

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

WILLEY MAX DE PINHO COSTA

Travestilidades e Trabalho:
Estigma, Trabalho e Identidade de Travestis

VITÓRIA
2023

WILLEY MAX DE PINHO COSTA

Travestilidades e Trabalho:
Estigma, Trabalho e Identidade de Travestis

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração, na área de Organizações e Trabalho
Orientador: Prof. Dr. Eloisio Moulin de Souza

VITÓRIA
2023

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

C837t Costa, Willey Max de Pinho, 1996-
Travestilidades e Trabalho : Estigma, Trabalho e Identidade de Travestis / Willey Max de Pinho Costa. - 2023.
98 f. : il.

Orientador: Eloisio Moulin de Souza.
Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Travestis. 2. Estigma. 3. Identidade de Gênero. 4. Trabalho. I. Souza, Eloisio Moulin de. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 65

WILLEY MAX DE PINHO COSTA

TRAVESTILIDADES E TRABALHO: ESTIGMA, TRABALHO E IDENTIDADE
DE TRAVESTIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (Mestrado) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

Aprovada em 17 de fevereiro de 2023.

Prof. Dr. Eloísio Moulin de Souza
Orientador

Prof.^a Dr^a Juliana Cristina Teixeira
Membro interno – PPGAdM/UFES

Prof. Dr. Marcus Vinicius Soares Siqueira
Membro externo – Universidade de Brasília



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
ELOISIO MOULIN DE SOUZA - MATRÍCULA 1712712
Membro - Colegiado do Programa de Pós-graduação em Administração
Em 17/02/2023 às 10:16

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/654717?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
JULIANA CRISTINA TEIXEIRA - MATRÍCULA 1058962
Membro - Colegiado do Programa de Pós-graduação em Administração
Em 22/02/2023 às 21:13

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/655775?tipoArquivo=O>

A Maria do Rosário de Fátima Costa Pinho, que me deu a vida e despertou em mim o interesse pela leitura, pelo estudo e pela pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a todas as entrevistadas que se dispuseram a fazer parte deste trabalho, compartilhando suas vivências e denunciando as violências cometidas contra travestis.

À Universidade Federal do Espírito Santo, que por meio dos seus recursos, possibilitou a realização desta pesquisa.

À todos os colaboradores da Secretaria Unificada de Programas de Pós-Graduação do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, pelo trabalho e dedicação à educação superior e apoio aos alunos de Mestrado e Doutorado, em especial a secretária Adriana.

Ao meu orientador, o Dr. Eloisio Moulin de Souza, pelo apoio durante o processo de escrita da dissertação.

À minha mãe, Maria do Rosário de Fátima Costa Pinho, por sempre estimular a busca pelo estudo, e a todos os meus familiares que apoiaram a minha caminhada durante o Mestrado.

Meu compromisso é com o erro... Não sou filho, nem sou filha. Sou falha desse sistema! Fracassei perante o gênero... não sou homem, nem mulher. Sou uma travesti! E esse é o meu sucesso. O fracasso do gênero... o fracasso da raça. Nunca fui humana! Fracasso da humanidade... e o fracasso me trouxe até aqui. Foi com o fracasso que eu.... almejei e alcancei tantas conquistas. O fracasso é o que me conecta a tantas outras... nas nossas fragilidades transtornadas em potência.

Linn da Quebrada (2021)

RESUMO

As travestis são alvo de estigmatização, violência e impedidas de ingressarem no mercado de trabalho devido às suas identidades não serem conformes com a matriz cisheterossexual, que reconhece apenas sujeitos inseridos dentro da lógica binária de gênero, enquanto deslegitima e nega outras formas de existência, transformando os sujeitos em abjetos, indivíduos anormais. O objetivo dessa dissertação é, sob o olhar da Teoria *Queer* e da concepção de estigma, analisar como as relações de poder impactam na produção do estigma de travestis e conseqüentemente no mercado de trabalho para elas, bem como a maneira que os estereótipos acerca desse grupo são reforçados no contexto do trabalho. Partindo de uma ótica pós-estruturalista, este estudo vê as identidades como fluidas e não essencialistas, e questiona os discursos hegemônicos por meio dos conceitos sobre poder de Foucault e com o apoio da analítica *queer* e sua principal contribuinte: Judith Butler. A coleta de dados foi efetuada por meio de entrevistas semiestruturadas com dez sujeitos de pesquisa, acessados por meio da técnica Bola de Neve, além do uso de notas de campo de forma complementar. Os dados foram analisados por meio da técnica de categorização temática da Análise de Conteúdo de Bardin (2013), com o auxílio do *software* "Atlas Ti". Como conclusões, a pesquisa apontou que os aspectos do estigma que invisibilizam as travestis estão presentes no trabalho, além da constatação da ineficiência das políticas de inclusão de pessoas *trans* nas organizações. Os estereótipos sobre as travestis estão muito arraigados na mente das pessoas, e poder não apenas foi capaz de reproduzir o estigma, mas criou um ciclo vicioso em que o estigma alimenta mais estigma. O engajamento político é a principal característica da identidade da travesti, e as redes de apoio mútuo e a criação de espaços feitos por e para pessoas *trans*, como "ONGs" podem indicar novas formas de organizações plurais e equânimes.

Palavras-chave: Travesti. Estigma. Poder. Gênero. Identidade. Trabalho.

ABSTRACT

The *travestis* are targets of stigmatization, violence and are prevented from entering the labor market due to their identities not conforming to the heterosexual matrix that recognizes only subjects inserted within the binary logic of gender, while delegitimizing and denying other forms of existence, turning subjects into abject, abnormal individuals. The aim of this research is, from the perspective of Queer Theory and the conception of stigma, to analyze how power relations impact the production of stigma for transvestites and consequently in the labor market for them, as well as a way that stereotypes about that group are reinforced in the context of the work. From a post-structuralist perspective, this study views identities as fluid and non-essentialist, and questions hegemonic discourses through Foucault's concepts on power and with the support of queer analytics and its main contributor: Judith Butler. We intend to carry out interviews with the research subjects, in addition to an ethnographic study to deepen the relationship between researcher and researched, and to broaden the nuances of this phenomenon that interviews are not able to capture, due to the delicacy of the theme. Data collection was carried out through semi-structured interviews with ten research subjects, accessed through the Snowball Sampling, in addition to the use of field notes in a complementary way. Data were analyzed using the thematic categorization technique of Content Analysis by Bardin (2013), with the help of the "Atlas Ti" software. As conclusions, the research pointed out that the aspects of stigma that make transvestites invisible are present at work, in addition to the verification of the inefficiency of policies for the inclusion of trans people in organizations. Stereotypes about transvestites are very ingrained in people's minds, and power has not only been able to reproduce stigma, but has created a vicious cycle in which stigma breeds more stigma. Political engagement is the main characteristic of the transvestite identity, and the mutual support networks and the creation of spaces made by and for trans people, such as "NGOs" can indicate new forms of plural and equitable organizations.

Keywords: *Travesti*. Stigma. Power. Gender. Identity. Work.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Postagem na rede social Instagram	55
Figura 2: Postagem na rede social Twitter	55
Figura 3: Esquema de relações entre códigos de análise	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: DADOS SOCIOECONÔMICOS DAS PARTICIPANTES	58
---	----

LISTA DE SIGLAS

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
1.1	Problema de Pesquisa.....	17
1.2	Objetivos.....	18
1.2.1	Objetivo Geral.....	18
1.1.2	Objetivos Específicos.....	18
1.2	Justificativa.....	18
1.3	Estrutura da Dissertação.....	20
2	SUJEITO, IDENTIDADE E GÊNERO.....	21
2.1	O Sujeito e o Poder em Foucault.....	21
2.2	A Teoria (?) Queer e a Identidade no Pós-estruturalismo.....	23
2.3	Gênero: da concepção biológica à construção discursiva.....	27
2.4	Judith Butler: Matriz Cisheterossexual e Heteronormatividade.....	31
3	ESTIGMA.....	34
3.1	Rotulagem.....	35
3.2	Estereótipo.....	35
3.3	Separação.....	36
3.4	Perda de <i>Status</i> e Discriminação.....	37
3.5	Poder.....	38
3.6	Estigma e Analítica <i>Queer</i>	39
4	IDENTIDADES <i>TRANS</i> E A ESTIGMATIZAÇÃO.....	41
4.1	História do Termo <i>Trans</i> : Transgênero, Transexual e Travesti.....	41
4.2	A Travesti como Identidade no Brasil.....	42
4.3	Dificuldades e Barreiras do Mercado de Trabalho.....	45
5	METODOLOGIA.....	48
5.1	Sujeitos de Pesquisa e Acesso ao Campo.....	48

5.2	Corpus da Pesquisa.....	49
5.3	Técnicas de Coleta e Produção de Dados	49
5.4	Análise dos Dados	50
5.5	Entraves e Dificuldades.....	51
5.6	Riscos, Benefícios e Divulgação dos Resultados.....	52
6	ANÁLISE DOS DADOS.....	54
6.1	Dificuldades Iniciais.....	54
6.2	Pré-Análise	57
6.3	Codificação e Categorização dos Dados	59
6.4	Eixos de Análise.....	60
6.5	Poder e Discursos.....	60
6.6	Estigma, Sociedade e Trabalho	64
6.7	Corpo e Identidade.....	67
6.8	Resistências	72
7	CONCLUSÃO	76
8	REFERÊNCIAS	80
	APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA	91
	APÊNDICE B: TERMO DE COMPROMISSO LIVRE E ESCLARECIDO	92
	APÊNDICE C: NOTAS DE CAMPO	96

1 INTRODUÇÃO

Os sujeitos transexuais e travestis continuam sendo marginalizados nas organizações, tendo pouco ou nenhum acesso a empregos formais e impossibilitados de existirem como sujeitos (CARRIERI; SOUZA; AGUIAR, 2014). Dentre esses grupos, destacam-se as travestis, um grupo mais invisibilizado e excluído do que transexuais, além da grande maioria desse grupo ser obrigada a entrar no mundo da prostituição por falta de oportunidades (BERKINS, 2006; CARVALHO; CARRARA, 2013).

A travesti é uma identidade de gênero peculiarmente brasileira, e como tal, se apresenta como um terceiro gênero, que rompe totalmente com as normas tradicionais de corpo e de masculino e feminino (BENEDETTI, 2005). Infelizmente, devido a esse caráter não binário, a travesti sofre grande discriminação e sua identidade está associada negativamente à prostituição, à AIDS e à criminalidade, o que além de colocá-la numa posição de “ser humano anormal”, a sujeita à grandes violências e impede que ela tenha acesso à educação e a oportunidades formais de emprego (BENTO, 2006).

Apesar da existência da chamada “gestão da diversidade”, os discursos de inclusão e de diversidade nas organizações não se efetivaram na prática, permanecendo apenas no campo das ideias (SOUZA; CARRIERI, 2010). Conforme autores já consolidados no campo da Administração, como Irigaray (2007a, 2007b), Souza e Carrieri (2010), Andrade *et al.* (2002), a homofobia e a exclusão de sujeitos LGBTQIA+ nas organizações ainda persiste, causando sofrimento aos mesmos e grande dificuldade de ingressar no mercado de trabalho, principalmente para travestis e transexuais.

Toda essa dificuldade que as travestis passam, bem como as violências que sofrem e o estigma que carregam é reflexo da matriz cisheterossexual, que impõe uma ordem e uma coerência entre sexo biológico, gênero e orientação sexual dos indivíduos, excluindo e negando aqueles que não se encaixam no padrão binário de masculino e feminino (BUTLER, 2003). Este controle sobre os indivíduos é uma maneira eficiente de impor uma cisheteronormatividade que exerce forte poder

sobre os mesmos (LOURO, 2001) e também se encontra presente nas organizações e no trabalho, impondo aos indivíduos determinados comportamentos e excluindo aqueles que não se encaixam na lógica heterossexual (CARRIERI; AGUIAR; DINIZ, 2013).

Dentro dessa lógica excludente e estigmatizante, há de se destacar que as travestis se diferenciam por não representarem as expressões de gênero hegemônicas e socialmente aceitas como “normais”, sendo assim, sujeitos que desfazem as concepções de identidades de gênero e perturbam tais normas sociais hegemônicas (THANEM, 2011; THANEM; WALLENBERG, 2016). Dessa forma, conforme vários estudos evidenciam, a exclusão de sujeitos não heterossexuais e não conformes em relação ao binarismo de gênero persiste no local de trabalho (IRIGARAY, 2007a, 2007b; MOURA; NASCIMENTO, 2017).

Alguns estudos mais recentes em outras áreas do conhecimento, tais como Psicologia, Direito e Saúde, e em diferentes regiões do Brasil, como São Paulo (SP) (ALMEIDA; VASCONCELOS, 2018; SILVA; LUPPI; VERAS, 2020) e Recife (PE) (BATISTA *et al.*, 2020) evidenciam a grande marginalidade social e as condições precárias em que os sujeitos transexuais e travestis se encontram: além de não receberem assistência, não são foco de políticas públicas que garantam acesso à saúde, proteção contra violências ou mesmo acesso e inclusão escolar, o que impacta negativamente nas oportunidades de emprego formal, restando apenas subempregos e a prostituição como forma de subsistência (NETO; SARAIVA, 2014). Portanto, o estudo de tais indivíduos se mostra de extrema importância, bem como a inclusão social destes.

1.1 Problema de Pesquisa

Tendo em vista as peculiaridades da identidade da travesti e que elas se encontram em uma posição invisibilizada pelos discursos e pelo poder, discriminadas, marginalizadas e praticamente sem nenhum acesso a um emprego formal, pergunta-se: De que maneira as relações de poder atuam na produção do estigma das travestis e como o estigma impacta nas oportunidades e no acesso ao mercado de trabalho desse grupo?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo desta pesquisa é, sob o olhar da teoria *queer* e da concepção de estigma, **analisar como as relações de poder impactam na produção do estigma de travestis e conseqüentemente no mercado de trabalho para elas, bem como a maneira que os estereótipos acerca desse grupo são reforçados no contexto do trabalho.**

Considerando-se a delicadeza do tema aqui levantado, esse objetivo será alcançado por meio da lente teórica supracitada, a fim de se analisar em profundidade nuances desse fenômeno com um olhar sobre o estigma mais adaptado à teoria *queer*, diferentemente da maioria dos estudos na área, que usam conceitos muitas vezes de forma equivocada ou genérica, (LINK; PHELAN, 2001).

1.1.2 Objetivos Específicos

1. Analisar como o estigma das travestis interfere no trabalho e na ocupação de espaços profissionais, formais e informais;
2. Analisar a relação entre o estigma e o trabalho das travestis.

1.2 Justificativa

A relevância desta pesquisa é tanto de ordem teórica quanto social. Quanto à ordem teórica, os estudos de gênero em Administração demonstraram que sujeitos LGBTQIA+ sofrem exclusão e são estigmatizados dentro das organizações por não se encaixarem na matriz cisheteronormativa hegemônica, sendo necessários estudos contínuos para se averiguar a questão da inclusão destes grupos no ambiente do trabalho (IRIGARAY, 2007; SOUZA; CARRIERI, 2010; CARRIERI; AGUIAR; DINIZ, 2013).

Há de se ressaltar também que, no campo da Administração, os estudos sobre transgêneras (e em especial travestis) são escassos (THANEM, 2011; SOUZA;

CARRIERI, 2015). O grupo das travestis precisa de estudos específicos por se diferenciar tanto de transexuais em suas vivências de gênero (BERKINS, 2006) quanto de outros grupos como gays e lésbicas. Estes últimos, apesar de sofrerem estigmatização, podem esconder sua orientação sexual, ao passo que a maioria das travestis possuem a sua identidade marcada em seus corpos, o que causa violência, exclusão imediata e impossibilidade de se conseguir um emprego formal (CARRIERI; SOUZA; AGUIAR, 2014).

Além disso, os estudos dentro da área trabalham com um conceito de estigma pouco definido e genérico, muitas vezes se aproximando do senso comum e do significado do dicionário (LINK; PHELAN, 2001). Logo, é importante usar um conceito de estigma mais associado à abordagem da teoria *queer* e que leve em conta as relações de poder inerentes, o que é raro dentro do contexto brasileiro nas pesquisas sobre travestis.

Assim, é importante observar o fenômeno por diferentes lentes, visto que os pesquisadores geralmente são homens e mulheres cisgêneros, e não passam por aquele tipo de preconceito, sendo necessário possuir um olhar mais alinhado ao próprio grupo. Tais visões normatizadoras impactam no momento de análise dos dados da pesquisa; todavia podem ser desestabilizadas e desconstruídas pela teoria *queer*.

Do ponto de vista prático, ressalta-se que este estudo pode contribuir para a maior inserção das travestis nos espaços que lhe são negados pelos “jogos de poder” presentes nas organizações que controlam tanto relações de gênero quanto sexualidades (ANDRADE *et al.*, 2002; SANTOS; ANTUNES, 2013). O ser travesti está marcado nos corpos das pessoas que assumem tal identidade, o que leva à condição de baixa passabilidade na sociedade (o conceito será explicado no decorrer desta pesquisa) do que em comparação a homens e mulheres trans, e conseqüentemente não alcançam o espaço organizacional (CARVALHO; CARRARA, 2013; DUQUE, 2017). Além disso, esta pesquisa pretende explorar e desconstruir os estereótipos associados às travestis, como a prostituição e a criminalidade (CARVALHO; CARRARA, 2013).

1.3 Estrutura da Dissertação

Quanto à estrutura, esse trabalho se organiza da seguinte maneira: o primeiro tópico irá tratar das discussões sobre o sujeito à luz de Foucault e a identidade por meio da ótica da teoria *queer*, seguidos de uma problematização sobre os estudos de gênero e a evolução do conceito até o pós-estruturalismo.

Já nos tópicos seguintes, o debate avança para a parte mais importante do trabalho, que é a questão do estigma, das identidades transgêneras e em especial a identidade travesti, foco deste estudo. Nesse sentido, a argumentação traz uma conceituação do estigma e dos seus atributos mais próxima da teoria *queer*, para posteriormente contextualizar o surgimento das denominações sobre as pessoas transgêneras e finalmente se debruçar sobre as peculiaridades das travestis e as barreiras e dificuldades que estas enfrentam no mundo do trabalho.

Segue-se para a metodologia e uma caracterização do campo de estudo, dos sujeitos de pesquisa e dos métodos que foram utilizados, além de observações importantes sobre como abordar um tema de pesquisa tão delicado e conseguir aproximar-se dos indivíduos pesquisados. Também são descritas as dificuldades enfrentadas de acesso ao campo e aos sujeitos de pesquisa.

Por último, a análise dos dados é apresentada, bem como o contexto de vida e trabalho das travestis e as conclusões quanto à relação entre estigma e trabalho e quais as limitações enfrentadas por elas, além de possibilidades de atuação em determinados setores do mercado de trabalho, como alternativa à prostituição, atividade tão presente neste grupo social (CARVALHO; CARRARA, 2013).

2 SUJEITO, IDENTIDADE E GÊNERO

Neste tópico serão apresentadas as concepções de sujeito e a relação com o poder e com os discursos hegemônicos. Em seguida, o debate entra na concepção da identidade à luz da teoria *queer* e os desdobramentos dessa abordagem para o estudo do tema. Segue-se então com a discussão acerca dos estudos sobre a categoria gênero e o seu caráter performativo, além de uma explanação sobre a matriz sexual e a cisheteronormatividade.

2.1 O Sujeito e o Poder em Foucault

Foucault (1995) relata que, apesar de ter se envolvido bastante com o poder, o grande objeto de análise da sua pesquisa foi o sujeito e os processos de objetivação/subjetivação que transformam um ser humano em sujeito. O autor observou, entretanto, que as relações de significação dos sujeitos estão permeadas por relações de poder, sendo impossível não falar do poder ao se falar de sujeito e identidade.

O ser humano não nasce sujeito, ele torna-se sujeito, ocupando uma posição que lhe é ofertada dentro do discurso, entretanto essa posição não é uma escolha livre do indivíduo (FOUCAULT, 1995). O processo de tornar-se sujeito é tomar um lugar dentro do discurso, assumindo uma identidade. Ao abraçar essa identidade o indivíduo é então um sujeito. Todavia, essa identidade precisa ser reconhecida na sociedade, ou seja, a identidade é um processo social. O autor argumenta que é uma forma de poder que coloca os indivíduos sujeitos a um discurso, presos à sua própria identidade. Assim, quando o sujeito é colocado em relações de significação e produção, é igualmente colocado em relações de poder. Dessa maneira, é preciso ter uma definição de poder para usá-la ao se estudar os processos de objetivação e subjetivação do sujeito.

Assim, Foucault (1979) faz uma análise sobre as concepções principais de poder existentes na sociedade, ora como algo concreto, que um indivíduo detém e usa contra outro, ora sob uma ótica economicista, para manter as relações de produção. É interessante observar que o autor discorda de ambas as concepções de poder, inclusive fazendo críticas ao pensamento marxista como um

processo de institucionalização de um discurso. (FOUCAULT, 1979; 1995; 2003). Foucault não busca formular uma teoria ou um conceito de poder, mas faz uma análise sobre as formas de poder, as relações sociais e as instituições.

Para isso o seu ponto de partida é a resistência, afirmando que o poder pode ser esclarecido ao se observar as oposições, a exemplo de conhecer a insanidade para se entender o que é dito como sanidade. E aqui entra uma outra discussão feita pelo autor em seus trabalhos: a arqueologia do saber (FOUCAULT, 2009). O autor elabora esse conceito para mostrar o quanto a existência de um conhecimento dito como correto, único e científico, pode ser perigoso ao inferiorizar outras formas de conhecimento, em especial os conhecimentos locais e históricos, e por consequência, inferiorizar determinados indivíduos.

Dessa maneira, ao se legitimar um conhecimento e tomá-lo como único e científico, estabelecem-se relações de poder sobre outras formas de conhecimento e sobre indivíduos, a exemplo de psiquiatras exercendo poder sobre “loucos”, homens sobre mulheres, etc. Assim, o autor usa a genealogia como uma forma de acoplar esses conhecimentos não legitimados, minimizando os efeitos de poder de um discurso considerado científico (FOUCAULT, 1979). Portanto, reconhecendo conhecimentos não legitimados, reconhece-se a existência de indivíduos não legitimados (tais como indivíduos LGBTQIA+, indígenas, entre outros) e a identidade destes como sujeitos.

Ao falar da relação entre conhecimentos e poderes, Foucault (1995) também mostra que o poder não é uma propriedade ou um objeto, mas sim algo que se exerce no modo de ação de um indivíduo sobre outro. Ele acontece no momento em que a ação se desenrola. Desse modo, o poder não está restrito às instituições, mas existe nas múltiplas relações sociais e no cotidiano. Um ponto interessante é que Foucault chama todas essas relações de relações políticas, visto que elas mobilizam poder de alguma maneira: As relações entre homens e mulheres, a exclusão de gays, etc. Ou seja, o poder opera nessas múltiplas relações, impondo uma verdade ao indivíduo e o tornando sujeito a essa verdade, preso por sua própria identidade (FOUCAULT, 1979). Essas “verdades” nada mais são do que os discursos, o que o autor vê como uma série de acontecimentos, aos quais foi dada uma função específica, e estabelecidas relações entre esses

discursos e as dimensões políticas, econômicas, sexuais, etc. Logo, vê-se que é preciso investigar os acontecimentos que geraram os discursos e como eles se inserem dentro das relações de poder, afinal, segundo o autor, apenas mudando os discursos pode-se mudar as relações de poder às quais os indivíduos estão sujeitos.

É importante ressaltar que as pesquisas de Foucault (1995) sobre o sujeito e a sua formação ao inserir-se nos discursos e nas relações de poder são essenciais para os estudos da teoria *queer*, que buscou construir uma nova concepção de identidade que contemplasse as relações de poder e os discursos, bem como o impacto que a identidade provoca na formação do indivíduo como sujeito. Assim, a teoria *queer* apontou a necessidade de se problematizar os conceitos tradicionais sobre a identidade e desconstruí-la, para então analisá-la sob a luz de uma lente teórica capaz de observar os processos sociais e políticos por trás da formação das identidades, que operam em uma lógica binária e excludente (SANTOS, 2006). Portanto, tal discussão será apresentada no próximo subtópico, que versa sobre os conceitos hegemônicos de identidade e a mudança proposta pela teoria *queer*.

2.2 A Teoria (?) Queer e a Identidade no Pós-estruturalismo

A Teoria *Queer* surge no final da década de 1980, em circunstâncias teóricas e políticas de rompimento com a visão iluminista/cartesiana dos estudos clássicos, em que o sujeito era fixo e central nas pesquisas, encontrando-se com o pós-estruturalismo, que questionava noções tradicionais de sujeito, identidade e agência (MISKOLCI, 2009). Já o termo “*queer*” é originário da língua inglesa, não possuindo tradução direta para o português, mas é usado de forma pejorativa com indivíduos LGBTQIA+, aludindo a algo “estranho”, “esquisito” (VASCONCELOS; MEDRADO, 2016).

Já os teóricos *queer* se apropriaram das obras de pensadores como Derrida, Althusser, Lacan e Foucault (SANTOS, 2006), em especial o primeiro volume de “História da Sexualidade” de Foucault (1980), em que o autor demonstra como a invenção do sujeito homossexual funcionou como uma forma de categorizar, hierarquizar e regulamentar as relações sociais. Dessa forma, a teoria *queer* apreende perspectivas pós-estruturalistas de sujeito, identidade, agência e

identificação, oferecendo uma visão alternativa aos chamados “estudos gays e lésbicos” dos anos 1990 (MISKOLCI, 2009).

O termo “Teoria *Queer*” foi usado primeiramente pela estudiosa feminista Teresa de Laurentis em 1990 e publicado posteriormente no ano de 1991, em um artigo científico de sua autoria intitulado “*Queer Theory: Lesbian and Gay Sexualities*” (SANTOS, 2006). Já no campo da Administração foi usado pioneiramente pelos trabalhos de Irigaray (2007a; 2007b). Todavia, essa abordagem não pode ser tratada como teoria, já que ela parte principalmente do pensamento foucaultiano, o qual não desejava criar teorias ou metanarrativas (SOUZA; CARRIERI, 2010):

Como o pensamento *queer* é apenas uma forma de analisar a sexualidade sem cair nas armadilhas construídas pelas relações de poder que produzem uma visão binária e identitária sobre a sexualidade, o principal alvo é o estudo das relações de poder que envolvem o dispositivo da sexualidade sob uma perspectiva foucaultiana de análise. Dessa forma, seria incoerente nominá-lo de teoria, pois Foucault não desenvolve uma teoria sobre o poder, mas sim uma analítica (SOUZA; CARRIERI, 2010, p.63).

Se inicialmente, os estudos *queer* focaram na questão da homossexualidade, conforme foram se apropriando do pensamento pós-estruturalista, o movimento passou a questionar e desestabilizar verdades inquestionáveis, problematizando o habitual tomado como natural. (BENDL; FLEISCHMANN, 2008). A narrativa naturalizada de coerência compulsória entre sexo e gênero, por exemplo, na qual mulheres são as pessoas que nascem com uma vagina, e homens são pessoas que nascem com um pênis (além de outras características biológicas), foi problematizada por diversos teóricos que indicavam essa e outras convenções sociais como discursos heteronormatizadores (VASCONCELOS; MEDRADO, 2016).

Os estudos sobre identidades foram muito impulsionados pela analítica *queer*. Em um momento anterior a essa perspectiva os estudos sobre identidades eram focados em ideias essencialistas e fixas, ou seja, a identidade dos indivíduos não seria capaz de ser alterada e todas as pessoas possuiriam uma essência dentro de si (BENDL; FLEISCHMANN, 2008). Os estudos sociológicos sobre gênero e minorias, e em especial as minorias sexuais (gays, lésbicas, entre outros) se apoiavam nessa ideia de identidade (MISKOLCI, 2009), o que por vezes tomava a

matriz cisheterossexual como ordem social e acabava por naturalizá-la, em detrimento do não-heterossexual.

Dessa maneira, na perspectiva *queer*, existe uma visão pós-identitária e fragmentada, diferentemente das ideias hegemônicas identitárias/binárias sobre a sexualidade e o gênero (SOUZA; CARRIERI, 2010). Ou seja, a identidade é conceituada como arbitrária, instável e excludente, além de discursivamente estabelecida por meio da performatividade (BUTLER, 2003).

Em outras palavras, os discursos, através da performatividade, moldam as identidades. Aqui, ressalta-se que o conceito de performatividade usado é o conceito de Butler (2003), desenvolvido na obra “Problemas de Gênero”. A autora explica que a performatividade não seria derivada da vontade do indivíduo, ou seja, uma decisão de qual gênero se deseja ser em um momento ou outro. A performatividade é a repetição das normas sociais pelas quais se é constituído, ou seja, cada ato, cada “expressão de gênero”, invoca e reitera um discurso e normas sociais obrigatórias que reforçam a lógica binária e a matriz cisheterossexual (BUTLER, 1993).

A partir desse conceito então, Butler (1993) mostra que não existiria identidade de gênero por trás das expressões de gênero, mas ao invés disso as identidades são constituídas performativamente pelas próprias expressões de gênero, em uma dinâmica social que segue restrições pré-estabelecidas, pelas quais perpassam as relações de poder.

Assim, a perspectiva *queer* busca desconstruir identidades (e principalmente as heteronormativas), questionando as normas sociais hegemônicas e construindo outras identidades possíveis, dinâmicas e em constante mudança, não havendo, portanto, uma característica considerada “real” ou pertencente a um determinado gênero, orientação sexual ou identidade (BENDL; FLEISCHMANN, 2008). Essa desconstrução se mostra necessária, visto que as identidades são, em parte, formas de controle social, pois distinguem populações “normais” e “desviantes”, reprimem a diferença e normatizam os desejos (SANTOS, 2006).

Tal conceito de identidade acaba por assumir uma nuance política, ao desafiar a lógica binária de sexo/gênero e demonstrar a existência de atributos identitários que

hierarquizam, regulam e normatizam os sujeitos dentro de um discurso heterossexual hegemônico. (BENDL; FLEISCHMANN, 2008). Um exemplo é o uso do termo “*queer*”, que tradicionalmente funciona como uma nomeação pejorativa de um sujeito que é patologizado e identificado como um desviante da norma heterossexual. A performatividade vai funcionar como uma espécie de sanção que realiza a heterossexualização do sujeito e reforça um vínculo social hegemônico, indicando a existência de hierarquias sociais entre o heterossexual e o não-heterossexual (BUTLER, 1993).

Portanto, o conceito de identidade não estável e não fixa mostra-se de grande importância para análise de discursos e relações de poder sobre a identidade, além de mostrar formas alternativas de existência como sujeito e possibilidades de resistência para relações de poder que valorizem a matriz cisheterossexual. (BENDL; FLEISCHMANN, 2008). Assim sendo, a analítica *queer* também vai problematizar em como as noções essencialistas de identidades e de gênero como uma característica imutável do sujeito funcionam como um dispositivo de poder (MISKOLCI, 2009). Lembrando que, como essa abordagem se vale de vários conceitos foucaultianos, o dispositivo pode ser entendido como:

“um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos” (FOUCAULT, 2006, p.244).

Todavia, desafiar as normas sociais de gênero não é uma tarefa fácil (apesar da agência do sujeito se mostrar quando ele resiste e subverte as normas de gênero, ele não é totalmente livre), visto que elas refletem os discursos hegemônicos e as relações de poder envolvidas (PHILLIPS; KNOWLES, 2012). Dessa forma, quando o sujeito rompe as normas, é como se ele fosse considerado anormal, como não inteligível, não pertencente à normalidade, sendo questionada até a sua existência como sujeito (FOUCAULT, 1979). Os discursos hegemônicos estão constantemente compelindo o indivíduo para a lógica binária de gênero e para a performatividade -que é quando os discursos são proferidos - ou seja, os discursos também são performativos (BUTLER, 1997a).

Irigaray (2007a; 2007b), além de Souza e Carrieri (2010), inovaram no campo da Administração ao trazer esses conceitos para a área, demonstrando como a existência de indivíduos autointitulados *queer* (aqueles que não se identificam com a lógica imposta de masculino e feminino dissociados) rompe com a concepção binária de gênero e traz à luz como essa concepção na prática resulta em uma estigmatização dentro das organizações. Portanto, nessa lógica heteronormativa, a presença de um sujeito transgênero e que possua características culturalmente tomadas como masculinas e femininas representa uma subversão aos discursos hegemônicos (THANEM; WALLEMBERG, 2016). O gênero ocupa papel central nessa discussão e está repleto de discursos, conforme será abordado na seção seguinte.

2.3 Gênero: da concepção biológica à construção discursiva

O corpo exerce papel essencial nos processos de objetivação e subjetivação, e em especial na formação das identidades (DE SOUZA; CARRIERI, 2015). Estas, por sua vez, estão sujeitas às relações de poder existentes e aos discursos que moldam o sujeito dentro de uma lógica binária, em que o sujeito precisa ser reconhecido como masculino ou feminino. Os discursos de gênero acabam por rotular os indivíduos, buscando dar a eles uma propriedade fixa e estável que coincide com a matriz cisheteronormativa e produz inteligibilidades sobre os gêneros. (TYLER; COHEN, 2010)

A ascensão do termo “gênero” se deu durante a década de 1960, na qual a segunda onda do Movimento Feminista buscou problematizar as relações sociais que eram produzidas a partir do sexo, que tinha um caráter biológico e dava um *status* de naturalização às diferenças entre homens e mulheres (SCOTT, 1995). As diferenças entre homens e mulheres eram explicadas por meio do sexo biológico e das características corporais associadas ao mesmo, se tornando inclusive uma crença científica (COSTA, 1995). Essa biologização das diferenças e dos comportamentos era proveniente de uma concepção hegemônica dos sexos: O *one sex model*, que perdurou até o final do século XVIII, foi um modelo no qual as diferenças entre homens e mulheres eram vistas por meio de uma relação anatômica-fisiológica, e a mulher era “um homem invertido”, sendo a vulva equiparada a um prepúcio e a vagina a um pênis (COSTA, 1995). Esse modelo foi

substituído no século XIX pelo *two sex model*, em que a mulher não era um homem invertido, mas outro sexo, o oposto do homem, existindo duas categorias antagônicas sem comunicação entre si e que produziram uma visão determinista sobre os comportamentos dos indivíduos, respaldada pelas diferenças biológicas (BADINTER, 1993; ALMEIDA, 1995; COSTA, 1995; BIRMAN, 1999b).

Louro (1997) demonstra que os estudos da segunda onda feminista, portanto, buscaram direcionar o foco não para a questão biológica, mas para as construções sociais e históricas elaboradas sobre as características biológicas, e, com isso, permitir a discussão de como as diferenças entre os sexos são compreendidas e representadas. Nas palavras da autora:

Pretende-se, dessa forma, recolocar o debate no campo do social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação (LOURO, 1997, p. 22).

Todavia, em reflexões feministas posteriores o sexo também foi tomado como construído socialmente, sendo defendida a ideia de que, se os corpos são apresentados por formas socialmente constituídas, o sexo também é criado pelo gênero (MATTOS; LOPES, 2008). Esse movimento de diferenciação das categorias sexo e gênero também foi abordado por Butler (2003), que analisou a ordem compulsória sexo/gênero/desejo e afirmou que o sexo pode se configurar como um discurso social:

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado "sexo" seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero se revela absolutamente nenhuma. Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como uma interpretação cultural do sexo (BUTLER, 2003, p. 24).

Butler (2003) demonstrou que o gênero não é uma categoria fixa ou pertencente aos indivíduos, mas é visto como uma performatividade. Nesse sentido, o gênero é o conjunto de atos repetidos dentro de uma lógica binária e heteronormativa. Em

outras palavras, o gênero é algo praticado e não possuído. Essa repetição constante de normas se mostra necessária para que se possa produzir uma inteligibilidade sobre os gêneros e com isso, identidades consideradas “normais”.

Para a autora, as identidades são constituídas pelas próprias “expressões de gênero”: os maneirismos, formas de se vestir, aspecto físico, gostos e atitudes de uma pessoa (o que supostamente seriam os resultados da identidade). Logo, fazendo uso de concepções foucaultianas, Butler (2003) estabelece que toda identidade de gênero é uma espécie de paródia produzida nas relações de poder. As normas, ao serem incorporadas, acabam por produzir corpos que materializam significados discursivos e sujeitos “verdadeiros” e legitimados (FOUCAULT, 1995). Logo, os gêneros são apenas “efeitos de verdade”.

De acordo com De Souza e Carrieri (2015), para que uma identidade seja considerada “normal”, ela deve estar de acordo com a matriz cisheteronormativa e por sua vez com a relação sexo/gênero/desejo, e aqueles que não se encaixam nessa lógica são considerados como sujeitos “anormais”, abjetos. Essa relação entre sexo, gênero e orientação sexual se mostra necessária para produzir “gêneros inteligíveis”, isto é, uma coerência entre os três atributos ligada ao fator biológico e socialmente naturalizada. Em outras palavras, um indivíduo que nasce com um pênis deve se tornar um homem e se relacionar sexualmente com mulheres, ao passo que um indivíduo que nasce com uma vagina deve se tornar uma mulher e se relacionar sexualmente com homens (BUTLER, 2003).

Butler (2003) mostra que essa coerência compulsória acaba proibindo outras formas de existência que não apresentam essa relação (tais como gays, lésbicas, transgêneros e outros sujeitos), deslegitimando-as. Dessa maneira, observa-se que tanto os corpos dos indivíduos quanto a construção do gênero estão frequentemente perpassados pelo poder, ou seja, o corpo e o gênero são discursivamente construídos e disciplinados por meio das relações de poder (THANEM, 2011).

Essa lógica se aplica não apenas à população transgênero, mas também a todos os indivíduos LGBTQIA+, que não se encaixam na matriz cisheteronormativa. Louro (1997), por exemplo, se referiu à homofobia como uma espécie de “terror relacionado à perda de gênero”, ou seja, a possibilidade de não ser mais

considerado homem ou mulher verdadeiro/a, dada a associação entre sexo, a identidade de gênero e a orientação sexual, o que, conforme Butler (2003) é um equívoco:

...é crucial manter uma conexão não-causal e não-reduzitiva entre gênero e sexualidade. Exatamente devido ao fato de a homofobia operar muitas vezes através da atribuição aos homossexuais de um gênero defeituoso, de um gênero falho ou mesmo abjeto, é que se chama os homens gays de "femininos" ou se chama as mulheres lésbicas de "masculinas" (LOURO, 1997, p. 14).

Saffioti (2001) também seguiu a mesma linha, demonstrando que a partir dos conceitos de masculino e feminino nasceram os gêneros, vistos sob uma visão binária e totalmente excludente, antagônicos entre si e situados em polos. A esses gêneros foram atribuídas identidades rígidas, que versam não apenas sobre papéis sociais, mas também sobre orientação sexual e outros comportamentos. O homem deve ser masculino, heterossexual e viril, enquanto a mulher deve ser feminina, heterossexual e submissa (ou frágil).

Entretanto, há de se ressaltar aqui que a concepção de gênero não está atrelada à ideia de papel. Papel é um conjunto de regras construídas por uma sociedade e estabelecido para seus membros, que vão ditar comportamentos, roupas, modos de se relacionar e o que é considerado "inadequado" para um homem ou uma mulher (LOURO, 2007). O papel está atrelado aos indivíduos e às relações interpessoais, enquanto o gênero como identidade está em outro patamar, sendo construído e veiculado por meio das relações de poder e dos discursos (BUTLER, 2003).

Joan Scott (1995) argumenta que é necessário desconstruir o "caráter permanente" da oposição binária masculino-feminino. A autora aponta que nas análises e compreensões sobre diferentes sociedades é comum o pensamento dicotômico e polarizado a respeito dos gêneros, concebendo homem e mulher como polos opostos e sem tangências entre si. Essas concepções limitadas só seriam superadas se a lógica por trás delas fosse implodida. Para concluir, Butler (2003, p. 138) mostra ainda que *"a categoria de 'mulher' não é necessariamente a construção cultural do corpo feminino, e 'homem' não precisa necessariamente interpretar os corpos masculinos"*. Assim, o gênero não precisa incluir obrigatoriamente a natureza física do indivíduo, mas sim a de identidade (algo que

só seria compreendido com a subversão da coerência entre sexo, gênero e desejo). Gênero e identidade estão imbricados entre si e são regulados pela matriz cisheterossexual e pelas normas sociais de cisheteronormatividade. Portanto, é necessário aprofundar-se nessa relação abordada por Butler (2003), o que será elaborado na próxima seção, à luz da teoria *queer*.

2.4 Judith Butler: Matriz Cisheterossexual e Heteronormatividade

Em sua obra principal, “*Gender Problem*”, Butler (2003) argumenta que existe um discurso hegemônico que prevê a coerência entre sexo, gênero e orientação sexual, denominado de “matriz cisheterossexual”. Essa matriz determina a separação dos sexos em dois polos opostos e absolutamente diferentes. Ao se estabelecer essa separação, os sexos acabam definidos pelo princípio da exclusão, ou seja, o masculino é tudo aquilo que o feminino não é, e vice-versa, dentro de uma lógica binária.

Essa coerência da matriz é o que torna possível a inteligibilidade de gênero, que é representada por um homem masculino heterossexual ou uma mulher feminina heterossexual, tomados como sujeitos aceitáveis perante a sociedade (BUTLER, 2003). Consequentemente, a sociedade irá perseguir uma identidade masculina ou feminina que seja “natural” e duradoura (LOURO, 2001), instituindo uma heterossexualidade compulsória.

Segundo Butler (2003), as definições de sexo e gênero são originadas da heterossexualidade compulsória, em que sexo e gênero são atos normativos que são constantemente reafirmados pela repetição de valores heterossexuais, considerados comportamentos normais dos sujeitos. Essa repetição constante de atos (performatividade) acaba funcionando como um regulador social que vai normatizar e definir o sexo e o gênero. Já esses reguladores produzem e reproduzem relações de poder da heterossexualidade compulsória, atribuindo à mesma um caráter normativo, reforçando o binário autoexcludente heterossexualidade/homossexualidade e instituindo a cisheteronormatividade (RUMENS, 2012).

No campo organizacional e no contexto do trabalho, por exemplo, a cisheteronormatividade opera em várias esferas: na de gênero, agindo em grande

parte sobre mulheres, que são posicionadas como “homens incompletos” por não corresponderem ao ideal de empresário masculino (AHL; MARLOW, 2012), na esfera da sexualidade, representada pela homofobia direcionada a homens gays, independentemente de serem funcionários ou donos de negócios (GALLOWAY, 2011) e também nas relações sociais dentro do espaço de trabalho. Quanto a estas últimas, a cisheteronormatividade atua restringindo amizades entre homens heterossexuais e mulheres, ao passo que homens gays simultaneamente sofrem homofobia e conseguem reformular discursos de relacionamentos entre homens e mulheres e criar amizades; já homens bissexuais são invisibilizados (RUMENS, 2012).

Um ponto interessante é que, apesar de “a cisheteronormatividade sustentar o discurso binário de gênero que reforça a heterossexualidade como modelo de relações humanas” (RUMENS, 2012, p. 958, tradução do autor), a matriz que instituiu a própria cisheteronormatividade e a relação de coerência é capaz de produzir o incoerente (BUTLER, 2016). Isso ocorre porque, de acordo com Butler (2016), as normas sempre estão sujeitas à falibilidade e a resultados não previstos e, por consequência, geram aquilo que lhes são estranhas e/ou não fazem parte da sua significação.

Assim sendo, algumas identidades de gênero parecem ser falhas do processo, justamente pelo fato de não estarem de acordo com as normas de inteligibilidade. Devido a isso, um dos efeitos da matriz cisheterossexual é a produção de matrizes de gênero rivais e tomadas como incoerentes, tais como lésbicas, gays, transgêneros, entre outras (BUTLER, 2003), as quais são restringidas socialmente por ameaçarem a perpetuação do modelo hegemônico.

Um exemplo são os corpos transgêneros, os quais possuem um grande potencial de desestabilizar a matriz cisheteronormativa, tendo em vista que essas pessoas representam identidades que ficam na fronteira entre as categorias binárias de gênero, não se encaixando totalmente nem em uma nem em outra (THANEM; WALLEMBERG, 2016). Assim, transgêneros fazem o gênero (reforçando características associadas ao masculino e ao feminino), desfazem (perturbando a ótica binária de gênero) e o reconstroem (redefinindo as características socialmente

ligadas ao masculino e ao feminino) (DE SOUZA; CARRIERI, 2015). As travestis, por exemplo, fazem o gênero de uma maneira diferente, pois não desejam que suas identidades pertençam somente ao masculino ou somente ao feminino (THANEM, 2011).

Não obstante, conforme Butler (2003) reflete, os discursos existem *a priori*, (antes mesmo dos sujeitos), eles produzem todos os corpos e regem a constituição dos indivíduos. Conseqüentemente, é possível verificar que a cisheteronormatividade também está contida em parte nas matrizes rivais. Exemplos disso são casais lésbicos e gays que desejam se casar e viver uma relação monogâmica (atributos de uma ótica heterossexual), ou homens gays que discriminam outros homens gays afeminados, ou ainda sujeitos transexuais que realizam a cirurgia de redesignação sexual para serem reconhecidas como “mulheres (e homens) verdadeiras”. Butler (2003, p 56-57) chama isso de “convenções heterossexuais em contextos homossexuais”.

Para entender melhor as restrições e a exclusão que as travestis enfrentam, além de aprofundar nos motivos que invisibilizam a identidade travesti, é necessário discutir sobre o estigma que carregam e sobre o processo de estigmatização de travestis. Dessa maneira, a próxima seção busca se aprofundar no que é o estigma e os seus componentes, um ponto chave deste trabalho, além de articular o conceito com a analítica *queer*.

3 ESTIGMA

O conceito de estigma tem sido usado largamente nas ciências sociais e nas mais diversas circunstâncias e contextos, muitas vezes de forma genérica, se aproximando do significado do dicionário, ou de forma não tão adequada para o ponto de referência do qual se parte para efetuar uma pesquisa, seja na Psicologia, Sociologia, Antropologia ou outra área de estudo das ciências sociais (LINK; PHELAN, 2001).

Entretanto, este trabalho irá utilizar o conceito de estigma de Link e Phelan (2001), que incorpora as relações de poder para interpretar o fenômeno. Os autores demonstram que as definições hegemônicas - em especial aquela desenvolvida por Goffman (1978) - não observam a questão do poder, pois o poder do estigma é tão garantido e naturalizado que é negligenciado. No entanto, o estigma depende do poder (seja ele econômico, social ou político) e o usa a fim de se produzir o estigma. Nas palavras dos autores:

Quando as pessoas pensam em doença mental, obesidade, surdez e ter uma perna em vez de duas, há uma tendência para se concentrar nos atributos associados a essas condições, em vez de nas diferenças de poder entre pessoas que as têm e pessoas que não as têm. Mas o poder, mesmo nestas circunstâncias, é essencial para a produção social do estigma. (LINK; PHELAN, 2001, p. 375, tradução nossa).

Para Link e Phelan (2001), o conceito de estigma, diferentemente dos conceitos propostos por outros autores, é inter-relacional. Diferentemente dos estudos de Goffman (1978), os autores argumentam que o estigma não é apenas um atributo, marca ou condição e um estereótipo associado, mas vai além dos estereótipos, visto que apenas esse ponto não é capaz de explicar as circunstâncias em que o estigma surge. O estigma é descrito como um processo que engloba pontos determinados e relacionados entre si. Em outras palavras, ele existe quando esses determinados componentes convergem em conjunto. Segundo os autores, são cinco componentes, que serão apresentados a seguir.

3.1 Rotulagem

As diferenças entre os seres humanos é extremamente alta, entretanto determinadas diferenças são socialmente relevantes e impactam nas relações sociais dos indivíduos, tais como a cor da pele, a orientação sexual, o gênero, etc. Essas diferenças se destacam não apenas por meio de forças sociais, mas também econômicas e culturais. Ou como Foucault (1995) retrata, os discursos hegemônicos exercem o poder de determinar quem é “normal” e quem é o “estranho”, algo que varia de acordo com o contexto de uma sociedade.

Uma vez selecionadas, essas diferenças se tornam socialmente importantes e se tornam rótulos, ou seja, as características são fixadas e consideradas típicas de um grupo. A partir da rotulagem e da seleção social de determinadas características como importantes, os estereótipos acerca de um grupo são estabelecidos, de forma a evidenciar a relevância das diferenças de um grupo estigmatizado e outro não estigmatizado, conforme será discutido no subtópico do próximo componente.

3.2 Estereótipo

Ao se falar de estigma, é necessário ressaltar que ele se relaciona com o estereótipo. De acordo com Fleuri (2006), o estereótipo representa uma imagem mental acerca de determinadas categorias sociais, ligada à raça, gênero, religião, etc. Por meio dele, um grupo cria um padrão de características e significados atribuídos a outro grupo social, de forma a acentuar as diferenças entre ambos. Ou seja, o estereótipo funciona como um instrumento de poder dos grupos, que é construído de tal forma que simplifique as relações entre grupos distintos e é utilizado como justificativa para certas atitudes e/ou comportamentos pessoais e coletivos (OLIVEIRA, 2002).

Dessa forma, o estereótipo, o rótulo e o estigma estão imbricados, sendo o primeiro um dos principais componentes necessários para a produção social do estigma (GARCIA-LORENZO; SELL-TRUJILLO; DONNELLY, 2021). O rótulo vincula um sujeito a um conjunto de características que formam o estereótipo, e quando esse sujeito ou grupo é estigmatizado, o conjunto de características a ele

associadas é negativo, a exemplo de pessoas que possuem distúrbios mentais serem vistas em geral como “perigosas” (LINK; CULLEN, 1983; LINK *et al.*, 1987).

Os estereótipos também são usados em julgamentos mentais que rapidamente são feitos acerca de um grupo, operando de forma tão naturalizada que funcionam como ideias pré-conscientes, automáticas e que impossibilitam que os sujeitos estereotipados sejam enxergados de outras maneiras e que suas características assumam outros significados (LINK; PHELAN, 2001). Por exemplo, uma pessoa negra enfrenta dificuldades por ser associada à marginalização e à criminalidade, enquanto dificilmente uma pessoa branca será associada a tais ideias, o que demonstra o poder de um estereótipo (FLEURI, 2006).

3.3 Separação

Segundo Link e Phelan (2001), esse componente do processo de estigmatização funciona de forma que as pessoas rotuladas são alocadas em categorias distintas, a fim de se obter uma separação entre os estereotipados e os não estereotipados, entre os estigmatizados e os não estigmatizados. A separação ocorre dentro de uma lógica binária em que existem dois polos: “nós” e “eles”. O “nós” se refere àquelas pessoas que não são estigmatizadas, consideradas “normais”, enquanto “eles” se refere aos indivíduos com características negativas, que são “imorais” e “sujas”. Vale ressaltar que essa distinção pressupõe uma relação de poder entre os grupos, sendo “eles” (ou os outros) considerados uma ameaça a “nós”, o que exige um certo tipo de controle social.

A distinção ocorre em função do processo de estigmatização que, por meio da rotulagem, associa um determinado grupo a características pejorativas e cria uma lógica em que aqueles negativamente rotulados sejam fundamentalmente diferentes dos sujeitos que não possuam o mesmo rótulo, ou seja, são tipos diferentes de pessoas, o que justifica a separação em categorias. Simultaneamente, a separação facilita a estereotipagem, posto que não há prejuízo para “nós” em atribuir características negativas a “eles”, que são tão diferentes a ponto de não serem considerados seres humanos, possibilitando todo tipo de tratamento ruim para com essas pessoas.

3.4 Perda de *Status* e Discriminação

Os autores mostram que apesar da maior parte das concepções de estigma não levarem esse ponto em consideração, a sua participação é indispensável no processo de estigmatização. Quando as pessoas são rotuladas, estereotipadas e separadas, surge uma lógica de desvalorização quanto a essas pessoas, que passam a ser rejeitadas e excluídas, o que resulta na perda de *status* de seres humanos e a consequente discriminação.

Quanto à perda de *status*, o que acontece é que a rotulação negativa, os estereótipos e a separação em uma categoria diferente (eles) aloca os estigmatizados em uma espécie de hierarquia social, na qual estão na posição mais baixa, e muitas vezes alguns chegam a ser considerados não-humanos. Segundo os autores, essa hierarquia social não apenas desvaloriza o sujeito, mas também impede o acesso dele a determinados espaços, empregos, à educação, etc. Raça e gênero são exemplos de características que inserem os sujeitos em diferentes hierarquias sociais e produzem desigualdades: um homem branco é mais propenso a alcançar posições de poder e prestígio em uma organização do que um homem negro ou uma mulher (ALVES; GALEÃO-SILVA, 2004; CACCIAMALI; HIRATA, 2005; PRONI; PRONI, 2018).

Já quanto à discriminação, Link e Phelan (2001) mostram que a literatura sobre estigma segue uma linha de raciocínio que analisa os fatores por trás da relação em que uma pessoa X, rotulada negativamente e estereotipada é discriminada por uma pessoa Y. Todavia, os autores mostram que a busca pela compreensão das atitudes e as crenças a nível individual é inadequado para se analisar todas as consequências da estigmatização e não é capaz de explicar os motivos pelos quais os grupos estigmatizados sofrem tantas desvantagens. Logo, os autores argumentam que a causa da discriminação não está nos indivíduos, mas sim em práticas e formas de discriminação estruturais existentes na sociedade que expõem um sujeito a circunstâncias desfavoráveis, a exemplo do racismo institucional que impede muitas vezes que pessoas negras alcancem altos cargos nas organizações, ou então as barreiras sociais que existem a respeito de pessoas com alguma deficiência e criam um “ambiente incapacitante” que impede

as pessoas com deficiência de trabalharem e viverem, mesmo que suas limitações não os impeçam de realizar uma determinada atividade.

Outro ponto ressaltado é que a discriminação pode ocorrer por causa da própria perda de *status*. Apesar de inicialmente a rotulagem, a estereotipagem e a separação em categorias colocarem os estigmatizados em uma situação inferior, a própria posição que estes passam a ocupar se torna a base da discriminação. Ou seja, uma baixa posição na hierarquia social e a falta de *status* inerente podem tornar um sujeito menos atraente para se envolver, para socializar ou para ser inserido em um emprego formal de uma empresa de prestígio, causando uma série de efeitos negativos a esse sujeito.

3.5 Poder

Este último componente, o poder, é incorporado pelos autores, que argumentam que as relações sociais são perpassadas por discursos que privilegiam determinados indivíduos e marginalizam outros. Ou seja, o poder assume posição central no estigma e, conforme os autores discutem, grupos como advogados, políticos, pessoas brancas e heterossexuais, apesar de possuírem estereótipos associados às suas características, não são grupos estigmatizados. Já grupos como as travestis são estigmatizadas, visto que, além de atenderem a todos os requisitos acima listados, são invisibilizadas pelos discursos heteronormativos que exercem relações de poder sobre tais indivíduos.

O poder atua ainda quando grupos privilegiados são capazes de criar estereótipos sobre outros grupos, produzindo um estigma que influencia as esferas social, cultural, econômica e política a ponto de trazer sérias consequências para os estigmatizados, como a exclusão social e a do mercado de trabalho formal. Além disso, ao se observar a existência de relações de poder no processo de estigmatização, é possível enxergar contextos de resistência em que os estigmatizados podem usar seus recursos para resistir ao processo, mesmo que existam diferenças de poder entre os grupos. Logo, o estigma que pessoas estigmatizadas experimentam pode ser moldado pelo poder exercido tanto pelo estigmatizador quanto pelo estigmatizado. Outro ponto relevante é que o poder do estigma também funciona como uma espécie de controle social. As pessoas que

são estigmatizadas têm conhecimento de sua situação e que são marcadas negativamente, o que as levam a esperar e a temer sempre a rejeição, evitando contato com pessoas que potencialmente possam reproduzir o estigma (LINK; PHELAN, 2001). Com isso, as interações sociais ficam mais tensas e podem ser reduzidas, comprometendo a qualidade de vida dos estigmatizados e causando baixa autoestima, sintomas depressivos, desemprego e perda de renda (LINK; CULLEN, 1983; LINK *et al.*, 1987).

Um exemplo dessa situação é que pessoas negras sabem que estão marcadas com atributos de violência e inferioridade, ou homossexuais sabem que são vistos como promíscuos, e essas questões se tornam um desafio e uma ameaça para tais pessoas, que não precisam necessariamente sofrer uma situação de discriminação direta para terem consciência de sua estigmatização. A discriminação existe antes da própria atitude diretamente discriminatória, e é sustentada pelos estereótipos e pelos rótulos, sem que haja uma situação claramente discriminatória (LINK; PHELAN, 2001).

Finalmente, discutidos os componentes do processo de estigmatização, a definição de estigma que os autores elaboram é que o estigma é um fenômeno que acontece quando rotulagem, estereótipos, separação, perda de *status* e discriminação ocorrem dentro de uma situação de poder que permita que um grupo seja considerado estigmatizado. É importante elucidar que o estigma pode ocorrer em maior ou menor grau, dado que os elementos acima descritos podem ser mais fortes ou mais fracos em grupos diferentes (um grupo pode ser mais ou menos rotulado, ser mais ou menos estereotipado, etc). Sendo assim, existem certos grupos que são mais estigmatizados do que outros e o estigma pode variar entre eles

3.6 Estigma e Analítica Queer

A analítica *queer* vai de encontro com a lógica proposta pelos autores a respeito do estigma, visto que ela não foca na defesa dos sujeitos estigmatizados, mas sim na crítica e no rompimento da lógica binária das relações de gênero que criam o processo de estigmatização (MISKOLCI, 2009). O binarismo de gênero marginaliza e estigmatiza aqueles sujeitos que não se encaixam no padrão

heteronormativo, e o estigma deve ser desconstruído por meio da analítica *queer*, já que as minorias estigmatizadas se encontram em relações assimétricas de poder (SANTOS; CARRIERI, 2016).

Portanto, esse conceito de estigma se mostra mais adequado para a pesquisa que aqui se pretende fazer, visto que a estigmatização de travestis se dá por causa da identidade de gênero que elas assumem, marginalizadas tanto no meio social quanto no local de trabalho (CREED; SCULLY, 2000). Vale ressaltar que as identidades são moldadas pelos discursos hegemônicos, a exemplo da matriz cisheterossexual (BUTLER, 2003) e que tornar-se um sujeito é assumir uma identidade dentro dos discursos, submetendo-se ao poder exercido por eles (FOUCAULT, 1995). Consequentemente, pode-se afirmar que a estigmatização de travestis envolve relações de poder.

A categoria travesti é rodeada de estigmas e discriminação, de tal maneira que muitas travestis evitam essa denominação pelo receio de sofrerem exclusão e não conseguirem uma oportunidade de trabalho, ou pior, sofrerem os mais diversos tipos de violência nas ruas (BARBOSA, 2013). Infelizmente, a grande maioria das travestis se encontra trabalhando na prostituição por falta de oportunidades, o que reforça os estereótipos existentes sobre estas, tanto em relação ao mercado do sexo quanto a associação à AIDS e à criminalidade (CARVALHO; CARRARA, 2013). Além disso, tem-se a associação errônea entre a homossexualidade e a travesti, a qual pode funcionar como uma “personificação” do estigma homossexual, que é o estigma da efeminação de um corpo biologicamente do sexo masculino (NEWTON, 1979). A seguir, faz-se uma contextualização acerca dos sujeitos *trans*, para em seguida tratar das peculiaridades da travesti brasileira e as dificuldades que elas encontram no momento de ingressar no mercado de trabalho.

4 IDENTIDADES *TRANS* E A ESTIGMATIZAÇÃO

Para compreender melhor os sujeitos transgêneros, e em especial a identidade travesti, é importante observar as origens e o contexto da denominação “*trans*” e travesti, bem como as suas evoluções, diferenciações e os significados que carregam, o que será abordado neste tópico.

4.1 História do Termo *Trans*: Transgênero, Transexual e Travesti

A história do termo “*trans*” remonta desde o século XV, quando os franceses usaram a palavra em latim *travestile* para se referirem a “homens que usavam roupas de mulheres” (e vice-versa), além de “travesti” ser utilizado mais tarde, no início do século XX, por Magnus Hirschfeld, médico e sexólogo alemão. (MOREIRA; MARCOS, 2019). O termo “transexual” por sua vez, surge em um contexto médico, nos Estados Unidos, para se referir às pessoas que desejavam alterar o sexo biológico com o qual nasceram (RODRIGUES; CARNEIRO; NOGUEIRA, 2021), sendo popularizado após a realização da primeira cirurgia de redesignação sexual (HOYER, 2004). No Brasil, a primeira cirurgia do tipo disseminou o termo transexual no final da década de 1970 (BENTO, 2006).

Os estudos feitos nas décadas seguintes, tanto no campo da Psicologia quanto da Medicina, principalmente nos Estados Unidos e Europa, ampliaram a terminologia usada ao longo da história para se referir às pessoas que transgridem o sexo designado no nascimento. Dessa forma, termos como “transgênero”, “hermafrodita”, “*intersexual*”, “*trans*” e outros surgem em determinados contextos sócio-históricos com uma gama de visões para as rupturas de sexo, corpo ou identidade de um indivíduo (STRYKER, 2008). Essas categorias médicas começaram a circular no campo social e foram apropriadas de forma produtiva pelos sujeitos, permitindo o surgimento da “transexualidade” como categoria identitária e social, em oposição ao “transexualismo” do contexto médico (BENTO, 2006).

Dadas essas multiplicidades de identidades não-heteronormativas e que fluem entre os discursos de gênero, o termo “transgênero” surge no contexto norte-americano (e posteriormente é incorporado no Brasil), como uma espécie de

“guarda-chuva” que engloba travestis, transexuais e inclui outras identidades *trans* que rompem com a concepção binária de gênero, mas sem a necessidade de uma classificação fixa (STRYKER, 2008; THANEM, 2011).

Todo esse rompimento com as normas sociais de gênero acaba produzindo discriminação e exclusão social, visto que os corpos desses indivíduos são considerados “anormais”, considerados menos humanos, abjetos (CARRIERI; SOUZA; AGUIAR, 2014). Além do mais, soma-se a isso o histórico de patologização das identidades *trans* desde o século XX, que reforçou a ideia socialmente construída de que tais indivíduos são “defeituosos”, “cópias malfeitas do gênero em que vivem” (RODRIGUES; CARNEIRO; NOGUEIRA, 2021). A transexualidade só foi retirada do rol de transtornos mentais (designada como “transexualismo”, e perturbação da identidade sexual) pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2019, sendo mantida no CID-11 como “incongruência de gênero” (WHO, 2019). Já em relação às travestis, estas possuem especificidades tipicamente brasileiras, que serão apresentadas no próximo subtópico.

4.2 A Travesti como Identidade no Brasil

Diferentemente dos *transvestites* americanos e europeus, que estão relacionados à ideia do uso de roupas do sexo oposto e de comportar-se como tal (STRYKER, 2008), a travesti brasileira assume significados diferentes, apresentando-se como uma identidade própria e exclusivamente brasileira (BENEDETTI, 2005). Tais indivíduos passam por um ritual de transformações corporais em busca de traços considerados femininos, ingerindo hormônios, realizando aplicações de silicone (muitas vezes de forma ilegal) e procedimentos para modelar seios, glúteos, pernas e rosto, buscando padrões femininos em voga. Esses padrões geralmente evidenciam três referências principais de identificação feminina: a figura da mãe, a figura da mulher sedutora e a figura da “vedete” (mulher glamourosa de espetáculos artísticos), e se relacionam inclusive com a escolha do nome social das travestis (FERNÁNDEZ, 2004).

A categoria “travesti” foi reconhecida como uma identidade de gênero na década de 1980 no Brasil (CARVALHO; CARRARA, 2013). Esses indivíduos, ao longo das lutas por direitos sociais e união com o movimento homossexual, foram adquirindo

espaço na América Latina e assumindo significados e subjetividades próprias, levantando questões sobre o que é ser travesti como uma forma de vida (FERNÁNDEZ, 2004; STRYKER, 2008). No Brasil, esse grupo está associado à criminalidade, à marginalidade e à prostituição, além de socialmente estar atrelado à homoafetividade (BARBOSA, 2013). Entretanto, esses sujeitos possuem características próprias:

“Travestis são aquelas que promovem modificações nas formas do seu corpo visando a deixá-lo o mais parecido possível com o das mulheres; vestem-se e vivem cotidianamente como pessoas pertencentes ao gênero feminino sem, no entanto, desejar explicitamente recorrer à cirurgia de transgenitalização para retirar o pênis e construir uma vagina. Em contraste, a principal característica que define as transexuais nesse meio é a reivindicação da cirurgia de mudança de sexo como condição *sine qua non* da sua transformação, sem a qual permaneceriam em sofrimento e desajuste subjetivo e social (BENEDETTI, 2005, p. 18).

Dessa forma, observa-se que o corpo é um fator central no processo de tornar-se e de ser uma travesti, que não necessariamente envolve uma transição de gênero, tal qual as pessoas transexuais. Portanto, “os principais fatores de diferenciação entre uma figura e outra se encontram no corpo, suas formas e seus usos, bem como nas práticas e relações sociais” (BENEDETTI, 2005, p. 17-18).

Todavia, apoiar-se apenas no desejo de retirada ou permanência do órgão sexual como método de diferenciação de transexuais e demarcação das travestis pode se tornar problemático. A cirurgia de redesignação sexual, por exemplo, não é uma obrigatoriedade para transexuais, existindo aqueles que não recorrem ao procedimento. Ou seja, nem toda mulher *trans* deseja retirar o pênis para se considerar uma mulher, assim como nem todo homem *trans* deseja remodelar a sua vagina (BARBOSA, 2013). Tal como Butler (2003) aponta, exigir essa coerência total entre sexo e gênero, valorizando aqueles que buscam “se adequar ao padrão”, é permanecer na cisheteronormatividade compulsória, suprimindo identidades que subvertem as normas heterossexuais e reprodutivas.

Dessa forma, mulheres transexuais que optaram por não realizar a cirurgia poderiam ser consideradas travestis, o que não é o caso. No campo da Administração, Carrieri, Souza e Aguiar (2014) fazem uma reflexão semelhante, e

apontam que essas definições são limitadas e refletem em grande parte a visão binária de gênero, ao passo que as identidades transgêneros vão muito além dessa visão, o que limita a existência de sujeitos que não condizem com a matriz binária de gênero e tenta embutir nesses sujeitos a mesma lógica que classifica masculino e feminino. Nas palavras de Becker e Souza (2019):

“Se por um lado, nomear é dar existência e atribuir visibilidade pela via do que é dizível, por outro lado, classificar não apenas é engessar, mas também é colocar sob os holofotes da vigilância e do dispositivo disciplinar – ambos efeitos dos discursos ditos científicos” (BECKER; SOUZA, 2019, p. 714).

Berenice Bento e Larissa Pelúcio (2012) seguem essa mesma linha de pensamento, argumentando que a discussão clássica que diferenciava travesti e transexual por meio da realização da cirurgia de transgenitalização não faz mais sentido, pois o assunto se estende para além do corpo e perpassa pela autodenominação, que envolve subjetividades e questões sociais e políticas, tais como o medo da estigmatização, preconceito e violências, além da associação à prostituição que leva algumas pessoas a evitarem esse tipo de identificação.

Embora algumas ativistas *trans* argumentem que “travesti” é um lugar de estigma, preconceito e que em outros países todas essas pessoas são classificadas como transexuais (BARBOSA, 2013), existe um movimento de reconhecimento desde os anos 1980 e 1990 que busca apropriar-se e ressignificar esse termo como um lugar legítimo (BERKINS, 2006; CARVALHO; CARRARA, 2013). Para Berkins (2006), a

travesti se diferencia e existe como uma identidade política, que questiona os limites entre os gêneros, além do fato de que são pessoas que vivem em circunstâncias diferentes de mulheres *trans*, pois seus “corpos abjetos” (CARRIERI; SOUZA; AGUIAR, 2014) confrontam a cisheteronormatividade e por consequência vivem experiências de violência e exclusão maiores do que pessoas transexuais.

A travesti carrega consigo a ambiguidade que confunde a inteligibilidade: ela é um corpo (aparentemente) feminino com um pênis e que ainda faz uso dele, caindo

por terra classificações de gênero tradicionais (FERNÁNDEZ, 2004; PERES, 2005). Ser travesti é ser um gênero próprio, um gênero que deseja conter o feminino, mas não necessariamente pertencer a ele, borrando os limites entre masculino e feminino. Portanto, a travesti brasileira transforma a realidade e recria os valores de corpo e gênero, revelando outras formas de existência, inclusive uma gama de subjetividades que permitem viver como travesti de diferentes maneiras, diferentes travestilidades (BENEDETTI, 2005; PELÚCIO, 2007).

Cabe ressaltar que as discriminações que as travestis sofrem não se limitam apenas ao plano das relações sociais, mas também impactam no âmbito profissional, pois estas encontram grandes barreiras para ingressarem no mercado de trabalho, que serão tratadas no próximo tópico, evidenciando a falta de oportunidades profissionais devido ao estigma social que carregam (CARRIERI; SOUZA; AGUIAR, 2014)

4.3 Dificuldades e Barreiras do Mercado de Trabalho

Além das discriminações que sofrem, as travestis encontram vários entraves para se inserirem no mercado, como a baixa escolaridade (e alta evasão escolar), dificuldades no uso do nome social¹, as documentações (diferença entre o nome civil e o social, além das características físicas diferentes em fotos), uso do banheiro e do vestiário no espaço de trabalho, que causa constrangimentos diários e prejudica a permanência no emprego (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 2018)

Conforme Bento (2011) ressalta, o acesso à educação de sujeitos *trans* é prejudicado desde a infância, visto que crianças e jovens travestis e transexuais são hostilizadas já na escola, por experimentarem viver uma identidade de gênero não- hegemônica que desafia a cisheteronormatividade e coloca essas pessoas em uma posição de risco. A autora demonstra que a escola não se mostra capaz de abarcar a diversidade desses alunos e por isso, crianças e adolescentes transgêneros abandonam a escola para evitar as violências que este espaço pode causar. Desse modo, o afastamento escolar provoca a falta de capacitação,

¹ Em 28 de abril de 2016, a Presidenta Dilma Rousseff assinou o Decreto nº 8727, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (BRASIL, 2016). De acordo com o decreto, o nome social é a “designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida” (art. 1º, parágrafo único, inc. I)

que por sua vez diminui drasticamente as possibilidades de se obter um emprego formal, já que a escolaridade é um requisito fundamental para acessar o mercado de trabalho (BERNARDO, 2009). A situação das travestis ainda é pior, visto que por sua identidade estar marcada no seu corpo, as mesmas não conseguem se encaixar em um gênero específico, aumentando a marginalização das mesmas (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Já quanto às políticas organizacionais, apesar do surgimento do discurso chamado “gestão da diversidade” (que em tese busca diminuir as discriminações e desigualdades), o que se viu na verdade foi apenas um conceito vindo de uma lóganorte-americana, utilizado a fim de criar estratégias e vantagens competitivas que melhorem o desempenho organizacional, mas não está preocupado em problematizar e legitimar grupos marginalizados (TYLER, 2019). Assim sendo, observa-se que os métodos usados não são eficazes em reduzir as desigualdades (HERRING; HENDERSON, 2011), além de existirem “contradições entre os discursos e as práticas adotadas nas organizações, o que se deve a arraigados preconceitos dos funcionários, e a um direcionamento das políticas de estímulo à inclusão mais voltada para o mercado” (SARAIVA; IRIGARAY, 2009).

Logo, esses discursos acabam por reforçar a produção de normalidade e anormalidade, ao apontar quem são os sujeitos normais e quem são os anormais a serem incluídos. Todas as formas de se pensar políticas de inclusão operam dentro da lógica binária de normal e anormal, sendo o anormal oposto ao normal, junto da ideia de inclusão e exclusão. Isso tudo contribui para a ideia de que são seres humanos falhos (LASTA; HILLESHEIM, 2014).

Os (poucos) sujeitos transgêneros que conseguem emprego formal são obrigados a negar sua identidade, por não se encontrarem dentro dos padrões binários e heteronormativos legitimados na sociedade (ALMEIDA; VASCONCELOS, 2018). Assim, essas pessoas acabam sendo levadas a trabalhar em profissões socialmente consideradas como subempregos e ligados ao gênero feminino: cabeleireira, faxineira, auxiliar de cozinha, entre outros, ou ainda à profissões moralmente “sujas e pecaminosas”, tais como a prostituição (THANEM, 2011; NETO; SARAIVA, 2014) - esta última especialmente associada às travestis (BARBOSA, 2013).

Apesar de todos os achados científicos, os estudos sobre inserção profissional de travestis ainda são escassos no campo da Administração, sendo necessários estudos contínuos para se averiguar a questão da inclusão destes grupos no ambiente do trabalho (IRIGARAY, 2007a, 2007b; SOUZA; CARRIERI, 2010; CARRIERI; AGUIAR; DINIZ, 2013). Carrieri, Souza e Aguiar (2014) demonstram que este grupo se encontra em uma situação delicada, pois enquanto sujeitos gays e lésbicas conseguem esconder sua orientação sexual no trabalho, a maioria das travestis possuem a identidade marcadas em seus corpos, provocando uma discriminação imediata ou, como ocorre na maioria das vezes, a retirada das possibilidades de se obter um emprego formal.

5 METODOLOGIA

Para este estudo de caráter exploratório, efetuou-se uma pesquisa qualitativa. Este tipo de abordagem busca familiarizar-se com o fenômeno a ser investigado, a fim de interpretá-lo e compreendê-lo (GIL, 1999), levando em conta experiências e subjetividades dos indivíduos, o que não é possível de ser acessado por meio de ferramentas estatísticas.

5.1 Sujeitos de Pesquisa e Acesso ao Campo

Os sujeitos de pesquisa foram indivíduos com 18 anos ou mais que se identificam como travestis e são assistidos por alguma Organização Não Governamental (ONG) destinada a acolher a população trans (travestis e transexuais) do município de Belo Horizonte (MG). Essas organizações assistem a população *trans* financeiramente, fornecendo um pequeno valor mensal proveniente de doações, além de acolher indivíduos que estão em situação de rua. Adicionalmente, algumas ONGs ofertam aos sujeitos um curso pré-vestibular sem custo, cujos professores são voluntários.

Apesar do fato de o sujeito ser assistido por uma ONG ser um requisito de inclusão nesta pesquisa, a coleta de dados não foi efetuada dentro dessas instituições e o acesso às participantes se deu por meio da técnica “bola de neve” (BIERNACKI; WALDORF, 1981), onde um sujeito indica o outro. Portanto, as ONGs funcionaram meramente como espaços de apoio mútuo entre a população trans. Assim, o acesso aos sujeitos de pesquisa não foi obtido por meio das ONGs e não foi necessária a participação ativa destas na pesquisa ou o uso de seus espaços físicos. Logo, não foi necessária a autorização de tais instituições, visto que seus nomes e características não foram citados na pesquisa e nenhuma ONG foi pesquisada em particular.

Além disso, os sujeitos de pesquisa foram travestis que possuíam empregos, tanto formais quanto informais (autônomos). O tempo de trabalho não foi considerado um filtro, visto que poucas travestis conseguem emprego profissional e muitas vezes não permanecem nestes. As entrevistas foram coletadas entre março e agosto de 2022. A fim de auxiliar na seleção dos indivíduos para esta pesquisa, o pesquisador

utilizou a cadeia de referência, ou seja, quando um sujeito de pesquisa indica outro. Portanto, a técnica utilizada para acesso aos sujeitos de pesquisa foi a *snowball*, também conhecida como *snowball sampling* (BIERNACKI; WALDORF, 1981), ou técnica de bola de neve.

5.2 Corpus da Pesquisa

O *corpus* da pesquisa foi finalizado após se atingir o ponto de saturação teórica, pois na abordagem qualitativa não se deve seguir critérios quantitativos para definição de amostra ou tamanho determinado, visto que o objetivo da abordagem aqui utilizada não foi quantificar opiniões e fenômenos, mas sim explorar um leque de depoimentos por meio de análise de conteúdo e aprofundamento nas relações e representações que um fenômeno pode acarretar (SANDELOWSKI, 1995; FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008). Portanto, os limites do *corpus* não puderam ser dimensionados *a priori*. O *corpus* foi fechado no ponto em que as entrevistas não forneceram mais informações relevantes para coletar e houve repetição de dados (GLASER; STRAUSS, 2006). Em outras palavras, quando as entrevistas e as notas de campo exploraram todas as possibilidades do fenômeno.

Foram entrevistadas dez travestis, com idade entre 22 e 41 anos e ocupações formais e informais. A fim de se manter a confidencialidade das participantes, seus nomes verdadeiros foram omitidos, substituídos por siglas – E1 à E10 – entrevistada nº1 à entrevistada nº 10, obedecendo-se a ordem em que a coleta foi efetuada. A ocupação, idade específica, escolaridade e outras informações estão detalhadas na “seção 6.2 – Pré-análise”, onde a primeira etapa do estudo está descrita e há um aprofundamento nestes aspectos.

5.3 Técnicas de Coleta e Produção de Dados

Para efetuar a coleta de dados, foi necessário fazer uso de um roteiro semiestruturado de entrevista (APÊNDICE A), que consistiu em um conjunto de 16 perguntas pré-definidas que guiaram a conduta do pesquisador e o fluxo da interação com os sujeitos (BRINKMANN, 2018). Este tipo de método permite uma flexibilidade ao pesquisador, facilitando a direção da entrevista e o foco no fenômeno estudado.

O roteiro semiestruturado foi constituído de perguntas que abordaram o tema dos corpos trans, estigma e perspectivas de vida e de trabalho, além das dificuldades das travestis em entrar no mercado de trabalho. As entrevistas foram gravadas em áudio através de um dispositivo gravador, com a autorização das pesquisadas, e posteriormente transcritas de forma literal, através do programa *Microsoft Word*. O sigilo de todas as entrevistadas foi garantido e os nomes destas omitidos por questões éticas, o que foi assegurado por meio do termo de consentimento livre e esclarecido (APÊNDICE B).

Adicionalmente, foram utilizadas notas de campo. Segundo Lüdke e André (1986), tratam-se de registros coletados durante uma observação, que estejam de acordo com o objetivo da pesquisa, exigindo um planejamento prévio. Estes registros devem descrever a observação de forma a preservar os sentimentos e impressões do pesquisador (CAVEDON, 2014). Dessa forma, as notas foram produzidas no momento inicial de acesso ao campo e estabelecimento de vínculo com possíveis participantes, visto que é uma das fases mais delicadas da pesquisa, dada a grande dificuldade de se encontrar travestis com empregos somada à resistência por parte do grupo em conceder entrevistas, por receio de perda do emprego. Portanto, as notas produzidas referem-se ao acesso ao campo, ao contato com participantes e procedimentos para obtenção de entrevistas, e foram efetuadas em um *smartphone* e posteriormente compiladas em um arquivo, anexado ao final deste trabalho (APÊNDICE C), além de serem analisadas na seção 6.1: Dificuldades Iniciais.

5.4 Análise dos Dados

Como técnica de análise de dados, as entrevistas foram submetidas à análise francesa de conteúdo, na perspectiva de Bardin (2015). A análise de conteúdo é composta de um conjunto de técnicas de análise que usa procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens e indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 2015). Consequentemente, foi utilizada a técnica de categorização temática, na qual as respostas foram sistematizadas em eixos temáticos que abarcavam o tema da pesquisa. Tais

eixos foram obtidos *a posteriori*, ou seja, por meio da classificação progressiva dos elementos da coleta em unidades de análise, que por sua vez foram reunidas em agrupamentos maiores adaptados ao quadro teórico estabelecido. Destarte, foram definidos 5 eixos de análise: (1) Poder e Discursos; (2) Estigma, (3) Sociedade e Trabalho; (4) Corpo e Identidade; (5) Resistências. Em seguida, cada resposta das entrevistadas foi comparada de forma a analisar as vivências e identificar fenômenos semelhantes nas experiências delas.

Portanto, na primeira etapa, o áudio das entrevistas foi transcrito por meio do programa *Microsoft Word*, assim como as notas do pesquisador contidas no diário de campo. Posteriormente, os dados foram organizados por meio do uso do software “Atlas Ti”, um *software* de análise destinado à análise de dados qualitativos. Mediante este programa, as respostas às perguntas do roteiro foram processadas de forma a permitir a criação de temas e categorias para a interpretação. Ressalta-se que tais unidades de análises não foram criadas pelo *software*, mas sim pelo pesquisador, ancoradas nos dados da pesquisa e com amparo da literatura de base; o programa de computador funcionou apenas como ferramenta de catalogação e auxílio à análise de conteúdo. Por fim, interpretou-se os dados à luz da teoria apontada neste trabalho, buscando evidenciar o fenômeno, confrontá-lo com a literatura e compará-lo com outros estudos, verificando as nuances que o fenômeno pode assumir quando se traz uma visão de estigma mais alinhada à analítica *queer*.

5.5 Entraves e Dificuldades

Por último, ressalta-se que o tempo de coleta de entrevistas demandou um grande período de tempo devido à dificuldade de acesso ao público-alvo da pesquisa. Conforme os estudos anteriores demonstraram, os sujeitos trans procuram esconder sua condição por receio de serem estigmatizados e/ou demitidos dos respectivos empregos, muitas vezes negando participar de pesquisas acadêmicas (IRIGARAY, 2007b; SOUZA; CARRIERI, 2010).

Além disso, o tema de estudo aqui apresentado é de grande delicadeza. Uma visita primária ao campo demonstrou uma resistência dos indivíduos, visto que alguns sujeitos relataram um desconforto em compartilharem suas vivências

peçoais, além de sentirem como meros objetos ou “ratos de laboratório”, sujeitos anormais que são explorados para atender a interesses particulares. Dessa forma, foi necessário estabelecer um vínculo de confiança entre pesquisador e pesquisado, respeitando os procedimentos éticos e reconhecendo as identidades transgêneras como legítimas.

Logo, a impossibilidade de acesso ao campo ou a resistência por parte dos sujeitos a serem pesquisados foi um risco inerente a este trabalho. Outro risco foi a pandemia da doença COVID-19 causada pelo Sars-CoV-2 (WHO, 2020) que causou milhões de mortes ao redor do mundo e é transmitida pelo contato próximo entre pessoas. Assim, a impossibilidade de acesso ao campo ou a resistência por parte dos sujeitos pesquisados foi um risco inerente a este trabalho. Todavia, com 85% da população brasileira com 12 anos ou mais vacinada com as duas doses ou a dose única atualmente (BRASIL, 2022), ocorreu a reabertura de espaços públicos, viabilizando a execução de entrevistas presenciais, respeitando devidamente os protocolos de segurança estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a fim de prevenir a transmissão da doença.

5.6 Riscos, Benefícios e Divulgação dos Resultados

A participação na pesquisa não trouxe consequências e/ou implicações legais para os participantes. Os eventuais riscos estavam relacionados à possibilidade de desconforto ao responder perguntas relacionadas ao dia a dia de trabalho do participante na organização, seus sentimentos, experiências e emoções. Contudo, garantiu-se o direito da entrevistada de não responder a alguma pergunta e/ou interromper a entrevista, sem prejuízos. Também foi possível tratar de determinados assuntos sem a gravação de áudio, desde que solicitado. Quanto aos benefícios para as participantes, essa pesquisa permitiu ampliar a visão sobre este grupo que sofre grande exclusão social e que muitas vezes é invisibilizado, alvo de violências, assassinado e encontra enormes dificuldades em concluir formação educacional e obter um emprego formal.

Através dessa pesquisa foi possível também avaliar como se encontram as políticas de inclusão nas organizações e fomentar políticas públicas de assistência

e de maior inclusão e apoio a estes indivíduos. Outro benefício para as participantes foi dar voz e denunciar as condições precárias em que se elas encontram, são marginalizadas e levadas a seguir por caminhos tais como a prostituição, para que possam condições financeiras de sobreviverem. Finalmente, os resultados deste trabalho serão divulgados para os participantes da pesquisa, bem como para a comunidade acadêmica, de forma a promover a discussão do tema.

6 ANÁLISE DOS DADOS

6.1 Dificuldades Iniciais

Antes de se debruçar sobre os dados da pesquisa, faz-se necessário descrever o contexto social em que eles foram obtidos, além das dificuldades associadas. Inicialmente, foram entrevistadas 12 travestis, e o contato inicial com elas se deu por meio de acesso a ONGs de apoio para a população transgênero, que assistem pessoas em grande vulnerabilidade social. A população transgênera é uma população de difícil acesso, dada a sua invisibilização social e a discriminação que é submetida por meio das relações de gênero. Dentre essa população, o grupo das travestis é o que mais enfrenta barreiras sociais, devido ao caráter disruptivo do grupo, que vai contra a matriz cisheterossexual dominante e subverte a lógica binária de gênero, situação que não se faz presente com homens e mulheres *trans*. Além disso, este grupo é constantemente associado à prostituição, marginalização, crimes e agressividade, o que resulta em grande número de assassinatos de indivíduos deste grupo: Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o Brasil é o país que mais mata indivíduos transgêneros do mundo (ANTRA, 2023).

Assim, trata-se de uma população que sofre grande violência e por esta razão, poucas travestis se voluntariam e aceitam ser entrevistadas. Somado a isso, as próprias ONGs possuem pouca abertura para receberem pesquisadores, por vezes negando e/ou proibindo participações de indivíduos *trans* em pesquisas acadêmicas. Esta situação se ilustra por meio de postagens feitas em uma rede social de uma ONG, conforme *prints* abaixo apresentados:



Figura 1: Postagem na rede social Instagram

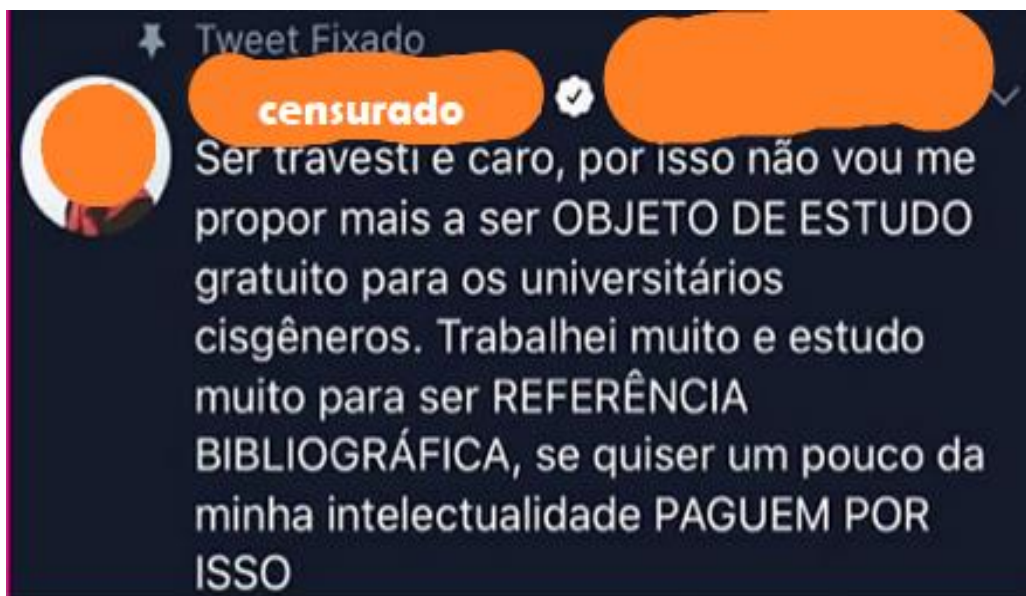


Figura 2: Postagem na rede social Twitter

Estas postagens foram retiradas de páginas de ONGs que acolhem pessoas trans. Na figura 1, a ONG solicita que pesquisas dentro da instituição passem a ser pagas como forma de contrapartida para os pesquisados, e na figura 2, uma travesti demonstra insatisfação e se recusa a dar entrevistas. Por meio delas, evidencia-se a dificuldade em se acessar o campo de pesquisa, dada a vulnerabilidade dos sujeitos de pesquisa e a delicadeza do tema estudado, principalmente por pesquisadores e

pesquisadoras cisgêneros, que possuem vivências que não foram marcadas pela transfobia e estigmatização.

Portanto, foi necessário um planejamento da pesquisa e um contato com as gestoras da ONG em que os sujeitos foram entrevistados a fim de obter autorização para iniciar a coleta de dados. Como ferramenta complementar de coleta de dados, foram utilizadas notas de campo, a fim de se registrar observações do pesquisador e/ou fatos sobre o campo de pesquisa. As anotações foram efetuadas em um *smartphone*, compiladas e anexadas ao final deste trabalho (APÊNDICE C). Todavia, algumas notas serão destacadas para ilustrar a situação.

Esta pesquisa, infelizmente, encontrou os mesmos entraves conforme os citados acima. Foi necessário grande cuidado por parte do pesquisador, de forma a garantir a confiança e o respeito aos sujeitos de pesquisa. Em um primeiro momento, o contato com a ONG foi harmonioso, e foi acordado que o pesquisador daria aulas de Português e Matemática para as pessoas assistidas pela instituição, como forma de contrapartida.

A ONG volta de um recesso após uma remodelação do projeto e das aulas. Entro em contato com a Júlia, uma das pessoas responsáveis pelo projeto e que faz parte da assessoria da fundadora da ONG. Sou orientando a entrar em contato com a ONG formalmente, por meio de um número de WhatsApp. Faço doações de roupas ao projeto, pois acolheram mais pessoas trans nos últimos dias e precisam de roupas (NOTAS DE CAMPO, 2022).

Foram inúmeras tentativas de contato, mas a ONG afirmava que estava remodelando o projeto. Todavia, buscou-se por outras formas de coletar entrevistas, visto que algumas travestis ligadas à ONG se interessaram pela pesquisa e a coleta foi iniciada. Por meio do método Bola de Neve (BIERNACKI; WALDORFF, 1981), foram coletadas doze entrevistas, mostrando-se um *corpus* rico. Todavia, uma intercorrência prejudicou o andamento da pesquisa:

(...)A ONG responde minha solicitação de pesquisa e informa que todas as atividades da ONG foram suspensas, o que impossibilita a realização da pesquisa. As travestis que eu tinha contato e tinham alguma relação com a ONG me contatam e todas desistem de participar da pesquisa. Perco todos os dados coletados, pois não posso usá-los por motivos de ética na pesquisa (NOTAS DE CAMPO, 2022).

Dias depois, uma desistente da pesquisa informou que as pesquisas foram suspensas por atitudes antiéticas de outro pesquisador:

Pois é né? tem muito isso de a pessoa pesquisar e sumir no mundo. Lá na (nome de instituição censurado) aconteceu um barraco esses dias com uma travesti e um pesquisador hétero e por isso fecharam ainda mais pra aceitar pesquisa (NOTAS DE CAMPO, 2022).

Desta forma, a coleta de dados precisou ser reiniciada e alterou-se o campo da pesquisa, substituído por meio do contato com duas travestis de uma casa de acolhimento. Todavia, a coleta não foi efetuada neste ambiente, e continuou-se utilizando a técnica Bola de Neve.

6.2 Pré-Análise

Para este estudo, foram entrevistadas inicialmente 12 travestis, cujos dados foram desprezados por razões éticas. Portanto, foi feita uma segunda coleta, e a partir dela, foram obtidas 10 entrevistas, cujas participantes possuem entre 22 e 41 anos, todas residentes no município de Belo Horizonte (MG), com empregos formais e informais. As entrevistas foram coletadas entre março e agosto de 2022, com duração média de vinte e cinco minutos. Estas também foram gravadas por meio de um *smartphone* e posteriormente transcritas em sua literalidade via *Microsoft Word*, gerando o *corpus* da pesquisa.

Em um primeiro momento, conforme o método de Bardin (2013), foi efetuada uma análise superficial dos dados, da qual foram retirados dados socioeconômicos das participantes. Estes dados da pesquisa foram organizados em uma planilha no programa *Microsoft Excel*, a fim de possibilitar uma melhor visualização do conteúdo. Assim, chegou-se ao seguinte *corpus* conforme as informações da tabela abaixo:

Tabela 1: Dados socioeconômicos das participantes

Entrevistada	Idade	Profissão	Escolaridade
1	39 anos	Secretária	Médio incompleto
2	27 anos	Vendedora em livraria (CLT)	Superior completo
3	22 anos	Designer de sobancelhas	Médio completo
4	26 anos	Vendedora de acessórios de vestuário	Médio incompleto
5	22 anos	Secretária	Médio completo
6	22 anos	Confeiteira	Fundamental incompleto
7	41 anos	Gerente de hotel	Médio incompleto
8	27 anos	Vendedora em loja feminina	Fundamental completo
9	31 anos	Vendedora de roupas e acessórios	Médio incompleto
10	40 anos	Cabeleireira	Fundamental completo

Fonte: Dados da pesquisa

Como pode ser observado na tabela acima, a maior parte das entrevistadas não concluiu o ensino médio, cuja causa apontada por todas as entrevistadas foi a discriminação sofrida no ambiente escolar, conforme Bento (2011) relata em seu trabalho. Outro ponto é a maior presença de travestis com empregos informais, ligados principalmente ao empreendedorismo, o que reflete uma forma de resistência frente aos discursos que dificultam (e muitas vezes vedam) o acesso ao emprego formal. Outra questão relatada pelas entrevistadas mais velhas foi o estigma sofrido por causa da idade, visto que, além de sofrerem transfobia e marginalização, as travestis mais velhas possuem chances reduzidas de conquistarem um emprego formal em comparação às mais jovens, sendo mais associadas à homens homossexuais e enfrentando o entrave da idade para se obter uma nova colocação.

Dito isso, nota-se ainda a predominância de entrevistadas jovens, com idades inferior a 30 anos, o que encontra base em pesquisas com este público. Uma explicação para esse fenômeno é que, conforme o “Dossiê: Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais Brasileiras” (ANTRA, 2023), a expectativa de vida de uma travesti é de 35 anos, denunciando a grande violência e falta de assistência governamental a qual elas estão submetidas. A condição reforça o estereótipo da travesti jovem e o estigma de travestis mais velhas, invisibilizadas e discriminadas tanto pelo mercado de trabalho quanto por outras travestis.

6.3 Codificação e Categorização dos Dados

Após a organização inicial, os dados foram catalogados no *software* “Atlas Ti”. Assim, seguiu-se para a 2ª etapa da análise de conteúdo: a codificação. A partir do objetivo da pesquisa e do arcabouço teórico, foram elaborados 17 códigos de análise, sendo eles:

- Ações para evitar o estigma no trabalho;
- Apoio de grupo;
- Corpo e Identidade;
- Discursos;
- Estereótipo;
- Estigma;
- Matriz Cisheteronormativa/Ciscisheteronormatividade;
- O ser travesti;
- Passabilidade;
- Perda de *status*/discriminação;
- Performatividade;
- Relações de Poder;
- Resistências;
- Rotulagem;
- Separação;
- Vivências trans no trabalho;
- Vivências trans na sociedade.

Após a codificação do material de pesquisa, foi iniciada a categorização temática. Nesta etapa, os códigos foram organizados conforme suas relações semânticas e proximidade teórica, e agrupados em 4 categorias ou eixos de análise nos quais as relações entre os dados de pesquisa foram evidenciadas. Estes eixos serão as unidades de análise utilizadas neste trabalho.

Abaixo, segue um esquema que demonstra as relações entre os códigos e o posterior agrupamento destes.

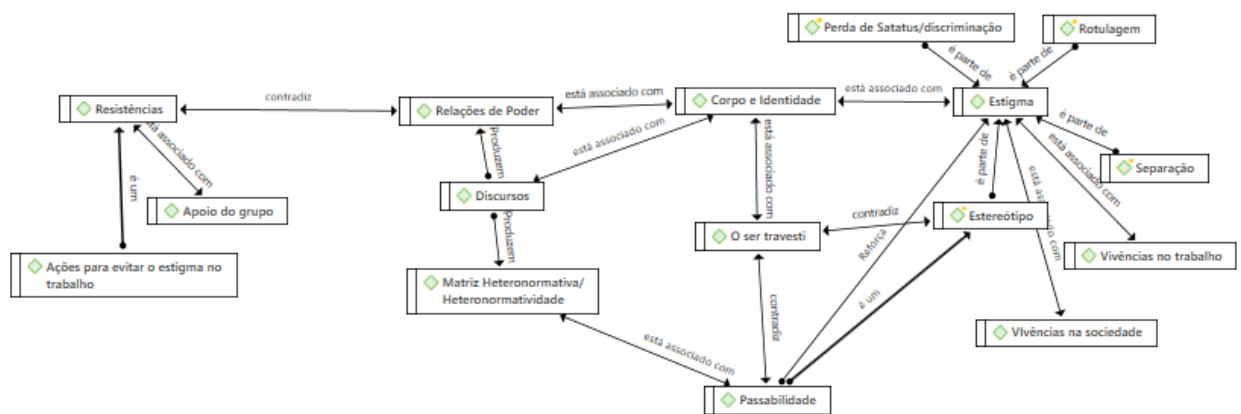


Figura 3: Esquema de relações entre códigos de análise

6.4 Eixos de Análise

A partir do tratamento dos dados, foram obtidos 4 eixos principais de análise, que contemplam âmbitos da vida e do trabalho das travestis, além do estigma relações de poder e resistências associadas: Poder e Discursos; Estigma, Sociedade e Trabalho; Corpo e Identidade; Resistências. A seguir, os eixos são descritos e analisados conforme suas características e componentes em comum, além de quais nuances são abarcadas por cada eixo de análise:

6.5 Poder e Discursos

Neste eixo serão analisadas as relações de poder e como elas se relacionam com os discursos que marginalizam as travestis, além de um olhar sobre a performatividade e a heteronormatividade. Foucault (1979) demonstrou que poder opera nas múltiplas relações sociais, impondo uma verdade ao indivíduo e o tornando sujeito a essa verdade, preso por sua própria identidade. As verdades das quais o autor fala são os discursos, que são gerados por uma série de fenômenos, aos quais se dá uma função específica, que irá permitir que um indivíduo ou um grupo exerça um poder maior em relação a outro.

No contexto das travestis, há discursos que negam a sua existência: “*Durante muito tempo fingiram que a gente não existe. Sabiam da nossa existência, mas fingiram*

que a gente não existe. E agora eles estão tendo que bater de frente com a nossa cara” (E2). Isso se deve ao efeito de um discurso heteronormatizador, que prega como aceitável apenas sujeitos dentro da lógica binária e nega sujeitos que não se encaixam nela (BARBOSA, 2013; BUTLER, 2003; NEWTON, 1979). Todavia, além da invisibilização, os discursos vedam a possibilidade de outros espectros de identidade de gênero não binárias coexistirem, o que leva alguns sujeitos a não tratarem as travestis pelo nome social e/ou não reconhecerem a travesti, tentando levá-la para a lógica binária, o que se mostra presente no espaço de trabalho: “Ah foi mais quando eu entrei mesmo, que eles falaram assim que não existe designer de sobancelha transexual. Ou era a designer ou o designer” (E3).

Outro ponto que evidencia a condição da travesti está presente em um relato de E1, em que ela afirma que *“a sociedade cria a travesti pra ser violenta” (E1)*. Questionada sobre esta afirmação, ela aponta questões como o elevado número de mortes de travestis no Brasil e as diversas agressões que sofrem diariamente, situação essa que é enfrentada, muitas vezes, por meio de contra-ataques com objetos cortantes (como a tesoura que E4 carrega na bolsa) ou armas de choque. Todavia, esta autodefesa acaba por reforçar o estereótipo de “violenta” da travesti. O que E1 chama de “sociedade” pode ser descrito como os discursos sociais que tanto levam as travestis para a marginalização quanto modulam a atitude delas. Em outras palavras, por meio dos discursos, um indivíduo não-transgênero exerce poder sobre a travesti de forma violenta, e quando esta reage por razões de autodefesa mediante situações tão extremas, ela acaba alimentando as ideias de “ser violenta”, visto que a violência direcionada à travesti é socialmente aceita por meio do estigma que ela sofre (esse ponto será aprofundado no eixo relacionado), mas a resistência da travesti é considerada inadmissível e socialmente condenável, tamanha é a força dos discursos heteronormatizadores.

Tudo isso se deve à matriz cisheterossexual, que, conforme Butler (2003) descreve, é um discurso hegemônico que define que sexo, gênero e orientação sexual sejam coerentes de um ponto de vista binário. Assim, os sexos são divididos em polos opostos e a sociedade é organizada sobre um ponto de vista binário: masculino e feminino (TYLER; COHEN, 2010). Neste ponto de vista, a travesti não existe e é continuamente negada:

“você não conseguem mensurar a dor que é isso, que é a pessoa se recusando a te chamar pelo seu nome social, mesmo você dizendo, é, eles perguntando: “qual é o seu nome?” e você fala: ‘Bruna² e aí eles: ‘B-Bruno?’, ‘não, Bruna’, e começam a inventar nomes masculinos porque eles estão insistindo que vão te tratar no masculino” (E2).

Ou seja, pode-se perceber que a cisheteronormatividade continuamente tenta levar a travesti para dentro da matriz e normatizá-la conforme as normas de gênero. O relato de E10 ilustra essa questão: *“aos meus 13 anos, minha mãe já comprava calcinha, minha vó dizia: ‘Mas Cláudia’. O nome da minha mãe é Cláudia, aí a minha vó era Maria, aí: ‘Mulher, esse menino é menino, ele tem que usar roupa de menino’.* Situações como a supracitada também estão presentes nos relatos das demais participantes. Depreende-se que existem uma série de normas que geram a “heterossexualidade compulsória” (BUTLER, 2003), em que valores e atitudes heterossexuais são constantemente performados por meio de ações que reafirmam sexo e gênero. Assim, a sociedade passa a ser regulada de forma que comportamentos e atributos diferentes desses valores são vistos como “anormais” e passíveis de estigmatização (RUMENS, 2012). Nesse sentido, entra a passabilidade.

A passabilidade pode ser compreendida como um atributo diretamente ligado à performatividade, visto que remete a se passar como um homem ou como uma mulher, ou seja, performar um gênero, por meio de características físicas e comportamentos que a sociedade considera “normais”(CARVALHO, 2018; DUQUE, 2017). A passabilidade foi apontada pelas travestis como um atributo que age diretamente sobre suas identidades e que tornam ainda mais precárias as relações sociais e de trabalho, visto que “ser passável” permite que a travesti acesse espaços e oportunidades que normalmente ela não acessa, sofrendo menos estigma:

Eu conheço muitas meninas que, as que não trabalham na rua, que trabalham na área de beleza, elas trabalham, tem um lugar bacana depois de uma certa passabilidade, sabe? E se você não alcança essa passabilidade, ainda pode ser uma coisa que assusta as pessoas, sabe?(E3)

Em outras palavras, tanto na sociedade quanto no trabalho a passabilidade permite que o indivíduo transgênero se encaixe na cisheteronormatividade. Entretanto, ao

² Os nomes citados neste trabalho foram substituídos para preservação do sigilo das participantes da pesquisa, sem prejudicar o contexto das falas.

mesmo tempo que a passabilidade pode favorecer homens e mulheres trans, cujas identidades buscam se encaixar na matriz cisheterossexual, ela estigmatiza travestis, que não desejam se encaixar nessa lógica e permanecem num lugar de “ambiguidade”:

Quanto menos tempo de transição você tem ou você já tem um tempo, mas não consegue atingir uma passabilidade, você é visto de uma forma diferente de uma que já passou pela passabilidade” (E3).

a transvestividade ainda vive um estigma muito forte. Acho que homens *trans* têm um estigma um pouco menor, porque, primeiro, pela questão da passabilidade, é muito mais fácil um homem *trans* passar, se passar por cisgênero dentro dessa sociedade e conseguir seu espaço do que uma travesti”(E2)

Cabe explicar também que, conforme apontam as entrevistadas, a cisheteronormatividade e a passabilidade expressam relações de poder imbricadas aos sujeitos e às atitudes que tomam na sociedade. E, somado a isso, discursos como o machismo fortalecem a matriz cisheterossexual (BUTLER, 2003; RUMENS, 2013; SANTOS, 2006):

eu acho que a travesti, ela não consegue, é, ser tão bem aceita quanto o homem *trans*, sabe? O homem *trans* consegue ser muito mais aceito, existem políticas muito mais, é, assertivas pra eles do que pra gente, sabe? Então é muito mais fácil. E também tem o machismo né? Porque, a partir do momento que, a pessoa torna-se uma figura masculina, é, que consegue e quando a gente (se) torna nossa visão feminina, né? Acaba que, o feminino vem pra gente, e vem as inferioridades do feminino né?(E5).

Nesse trecho, a entrevistada aponta a hierarquia social que também age sobre o seu corpo, afinal, tornar-se um homem *trans* significa assumir também uma posição masculina, e logo ser capaz de assumir um lugar mais alto na hierarquia, movimento esse que é contrário para a travesti, que ao abraçar uma identidade que contém traços considerados femininos, passa a ser alvo do machismo e é rebaixada na hierarquia social. Portanto, pode-se afirmar que, dadas as relações de poder e os discursos normatizadores, a matriz cisheterossexual, que foi gerada pelos discursos hegemônicos, tem força suficiente para gerar um estigma (LINK; CULLEN, 1983; LINK

et al., 1987) que precariza tanto as relações sociais quanto as relações no trabalho das travestis. No próximo eixo, o foco será em que medida o estigma impacta no acesso da travesti ao trabalho e à sociedade.

6.6 Estigma, Sociedade e Trabalho

Por meio desta categoria, serão analisados os dados que dizem respeito ao estigma sofrido pelas travestis, além de seus componentes e como eles contribuem para a estigmatização do sujeito. Em seguida, o estigma será ilustrado por meio das vivências na sociedade e no trabalho das pesquisadas.

De acordo com Link e Phelan (2001), o estigma surge a partir de um processo social que une determinados pontos que estão relacionados entre si. Esses pontos são mobilizados nas relações de poder e impactam a vida daqueles que são objeto do estigma. Quanto à travesti, a estigmatização ocorre tanto no meio social quanto no local de trabalho, devido à identidade que assumem (CREED; SCULLY, 2000). O rótulo “travesti” foi apontado não apenas como “macabro (E10)”, mas também como uma característica extremamente pejorativa e que afasta oportunidades formais de trabalho, afinal “ninguém contrata traveco” (E10).

Isso deve-se a inúmeros fatores ligados ao universo de ideias do que é ser uma travesti. A imagem social existente acerca deste grupo (FLEURI, 2006) é permeada por estereótipos que, devido aos discursos sobre o que é “normal” e o que é “estranho” (FOUCAULT, 1995), são associados a atribuições negativas, apontando para a marginalização, a agressividade e criminalidade, “*uma coisa desagradável, sem educação, é briga, faca, sabe?*”(E5). Dessa forma, estereótipos negativos atuam como instrumentos das relações de poder (OLIVEIRA, 2002), contribuindo para a produção social do estigma (GARCIA-LORENZO; SELL-TRUJILLO; DONNELLY, 2021) o que é também um entrave para o trabalho formal, conforme os relatos abaixo:

As pessoas ainda têm o mesmo pensamento que eu tinha, que é um pensamento de travesti ser uma mulher, uma garota de programa né? uma prostituta, uma pessoa que grita na rua, (...) que tipo assim, como posso explicar? Uma pessoa que barbariza sabe? É briga, faca, é uma pessoa que você tem que olhar para ela, mas tem que ter um pouco de medo, Sabe?

(E3)

Se você andar, você não vai ver travesti trabalhando quase em lugar nenhum de carteira assinada, muito raramente, difícil. Se você quiser ver uma travesti é só no local de prostituição. Então, a travesti pra sociedade brasileira, é a sujeira da sociedade, é o lixo. Não tô de “mi mi mi”, não, é uma realidade que, pra sociedade a gente não existe. Não adianta, a gente não existe, né? A prova disso é a empregabilidade formal que você não vai ver nenhuma, quase nenhuma. (E1)

Além desses estereótipos, há ainda uma associação errônea entre a travestilidade e a homoafetividade (NEWTON, 1979). E5, E6, E8 e E10 relatam que suas identidades como travestis não são enxergadas, sendo vistas como “*um homem vestido de mulher*”(E8). Tal fato pode ser explicado pelo estigma da efeminação de corpos biologicamente masculinos (NEWTON, 1979) e também pela conexão equivocada entre gênero e sexualidade (LOURO, 1997) o que prejudica e gera uma tensão entre travestis e homens gays, já que estes gozam de uma aceitação social maior por se encaixarem mais na matriz cisheterossexual, fato que não ocorre com travestis, negando a identidade e a existência delas. Portanto, a travesti não é uma sexualidade, mas sim um gênero próprio com características que rompem com a coerência entre sexo biológico, gênero e sexualidade (BENEDETTI, 2005; CARVALHO; CARRARA, 2013; FERNÁNDEZ, 2004).

Todavia, apenas os estereótipos não explicam a violência dirigida a este grupo social. Por diversas vezes, observa-se que é um grupo que não pertence à sociedade: “*Outro dia alguém chegou e me perguntou: ‘Como que você consegue viver assim?’ Tipo como se fosse uma coisa, de outro mundo, sabe? Como se não fosse uma coisa natural?’*” (E4). Assim, por não se encaixar nessa lógica binária, a travesti é separada dos demais seres humanos, vista como algo “anormal”. Foucault (1975) discorre sobre esta questão, demonstrando que para que o indivíduo seja reconhecido como sujeito, ele precisa ocupar um lugar nos discursos sociais, e quando ele não ocupa, ele não se torna um sujeito, e passa a ser visto como algo não humano. Uma vez perdendo o *status* de ser humano, a violência e a discriminação contra as travestis são socialmente validadas:

“identificou que é uma travesti, acabou, começa a risada, violência. Jogam carro em cima, jogam objetos. Viu que é travesti, acabou. Não tem como, ela pode ter colocado vagina, se descobrir que no passado ela foi do sexo masculino, acabou”.(E1)

Dentro das organizações, a situação não é diferente, visto que a discriminação e as relações de poder também provocam violências contra o corpo das travestis, prejudicando a permanência destas no emprego (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 2018). As políticas de gestão da diversidade que são apontadas como meios de redução da discriminação não são eficazes (HERRING; HENDERSON, 2011), além de não buscarem legitimar os grupos marginalizados (TYLER, 2019):

“Sofri assédio. De um rapaz lá, mas eu digo que eu, eu estava chegando atrasada direto justamente para não poder encontrar ele. Porque eu chegava no serviço no horário que ele ia embora. Então eu chegava atrasada o máximo possível, para ele não me assediar, ele ficava tirando o pinto para fora, direto, o “pau duro”. Eu tinha que trocar de roupa em questão de segundos para ele não me ver nua. Aí acabou me prejudicando e eu não, infelizmente eu fiquei com medo de comentar com as pessoas na empresa e sair prejudicada” (E1).

O relato acima demonstra não apenas uma violência socialmente autorizada, mas demonstra também como as relações de poder condicionam o indivíduo a um controle social dentro do espaço de trabalho. Como argumentam Link e Phelan (2001), os indivíduos estigmatizados sabem de sua situação e do poder de grupos privilegiados de criar estereótipos sobre eles. Aqui, as relações de poder evidenciam não apenas o machismo, mas também os estereótipos de prostituição e “fetiche” que as travestis enfrentam (o que também foi apontado por outras participantes da pesquisa). Além disso, o poder aqui exercido permitiu tanto o assédio sexual quanto impediu a denúncia de tal ato, por medo da perda do emprego.

As violências e as discriminações não partem apenas de colegas de trabalho, mas também de clientes: *“eu faço entrevistas até hoje (...), mas ainda tenho um pouco de problema nisso, sabe? De entender que, é: ‘ah mas seu currículo é ótimo, você trabalha muito bem, mas tem clientes que podem se incomodar”* (E3). Aqui, o estigma do corpo trans prejudicou a carreira de E3, que só conseguiu emprego de forma autônoma, após abrir o próprio salão de *design* de sobrancelhas.

Portanto, o estigma no trabalho vai além da questão corporal. A discriminação sobre o corpo é um sinal imediato das relações de poder que provocam uma perda de *status* dos indivíduos como seres humanos e autorizam a discriminação (LINK; PHELAN, 2001). Essas relações, uma vez estabelecidas no contexto organizacional, vão permitir violências como o assédio e o silenciamento (BARBOSA, 2013). No

entanto, soma-se a isso o questionamento da qualificação técnica da travesti, e quando ela ocupa um cargo de gestão, esse questionamento é intensificado, a exemplo da entrevistada E7:

“Como eu trabalho no ramo de hotelaria como gerente, eu tenho o poder de contratar e demitir quem eu quero, né? Então, tá tudo ali sob minha responsabilidade, sob o meu comando, então eu sempre tô orientando ali uma faxineira, um segurança, isso e muitos, tipo, meio que: ‘Ah, ter que ser mandado por uma travesti?’ Né? Muitos não aceitam esse tipo de coisa. Mas eu tô ali para mostrar o meu trabalho, o meu profissionalismo” (E7).

É interessante observar que E7 acredita que o seu corpo não interfere no trabalho, ou nas relações com os colegas, mas em seguida comenta que alguns dos seus subordinados não aceitam receber ordens de uma travesti, e relata um caso de um funcionário que foi agressivo com ela, desrespeitando-a e a agredindo verbalmente. Isso significa que nem sempre o indivíduo pode estar ciente de sua condição, dada a força das relações de poder que agem sobre ele.

Em síntese, o estigma é um excelente dispositivo de controle social e de reprodução do poder de grupos privilegiados sobre grupos estigmatizados (OLIVEIRA, 2002). Quanto às travestis, esse processo é direcionado tanto ao corpo quanto à identidade delas. No próximo eixo, será analisado como os corpos e a identidade travesti são construídos, e o potencial subversivo que possuem, a ponto de desestabilizar as noções de sexo e gênero e criar novos discursos de existência enquanto sujeitos não cisgêneros.

6.7 Corpo e Identidade

Neste terceiro eixo de análise, as travestis explicam sobre como os seus corpos, após passarem pela transição, transformaram a sua identidade e lhes proporcionaram uma nova maneira de viver. A lente utilizada aqui é a lente da teoria *queer*, sobre os atributos dos corpos que moldam as identidades e em que medida essas identidades são transpassadas pelas normas de gênero e as relações de poder (BUTLER, 2003; FOUCAULT, 1975; 1995; SOUZA; CARRIERI, 2010).

O corpo, conforme Foucault (1975) discute, é permeado por relações de poder

desde o nascimento do indivíduo. É nesse corpo e por meio desse corpo que um indivíduo é reconhecido como sujeito e a ele é dado um papel a ser cumprido na sociedade, a depender do gênero em que ele será encaixado. Assim, o corpo será alvo de diversos discursos (de gênero, cor de pele, orientação sexual, etc) e deverá exercer uma performatividade em prol de um polo (masculino ou feminino) que necessita ser correspondido e reafirmado (BUTLER, 2003).

Logo, o corpo exerce um papel fundamental na construção da identidade de gênero do sujeito. Naturalmente, tal processo aplica-se também às travestis, entretanto, de forma diferente, visto que elas rejeitam o papel que lhes foi imposto por meio dos discursos binários heteronormativos e da performatividade (CARRIERI; SOUZA; AGUIAR, 2014; PERES, 2005). Ao fazerem isso, automaticamente subvertem as noções (rígidas) de masculino e feminino, assumindo uma identidade “ambígua”, que possui tanto o espectro masculino quanto o feminino. Porém, cabe ressaltar que a pessoa, ao se assumir como travesti, assume também um lugar de luta constante e que desafia as normas sociais. Nas palavras da E1:

“Ser uma travesti é ser mulher, além de tudo, né? Ser guerreira. Ser uma travesti no Brasil é estar preparada para morrer a qualquer segundo. Saiu de casa, acabou, você pode estar preparada para morrer. Ser travesti é um risco de morte diário, e ser travesti, além de tudo, é uma conquista, é uma revolução, É uma, né? Nossos corpos são políticos, e nós existimos, ser travesti é uma existência independente da invisibilidade. Ser travesti, para mim é tudo, que nem eu falo: “Sou travesti, não sou menina, não preciso ter vagina” (risos)(E1).

Conforme o relato acima, além do lugar de luta e revolução, a travesti assume um lugar diferente dentro do espectro tradicional de gênero e ainda do espectro *trans*, pois não possui a necessidade e nem busca uma coerência entre o órgão sexual e a identidade de gênero, tal qual as mulheres *trans* fazem. O corpo da travesti é construído (tanto por meio de procedimentos estéticos quanto por meio de discursos não binários), de forma a abraçar a identidade *queer*, ou seja, uma identidade que não é conforme os padrões de gênero:

Travesti pra mim é ser você, é você se sentir bem, é ser mulher. Ser mulher de uma, não de uma forma cis, não de uma forma de querer passabilidade, de querer ser uma mulher cis. Travesti pra mim é, é poder ser você colocar a roupa que você quiser, poder ser masculina e também feminina, sempre feminina, mas seja bruta e ser mulher,

sabe? Ser viril, mas também ser sensível” (E3).

Assim, compreende-se que o ser travesti é um ser não estático, um ser dinâmico que transita entre o masculino, o feminino e para além destes gêneros. Além disso, é uma identidade que também é política, pois desestabiliza as normas de sexo/gênero/orientação sexual e toda a inteligibilidade de gênero (FERNÁNDEZ, 2004; PERES, 2005). Ao desafiar essa lógica hegemônica, as travestis reconstróem o gênero sob uma perspectiva dinâmica, em que um atributo não é considerado exclusivo de um gênero e que as identidades não estão presas a um conceito, podendo se alterar constantemente

O corpo da travesti é construído a duras penas, dado que abraçar um corpo que confronta a cisheteronormatividade diariamente significa ser mais alvo de estigma e violência. Entretanto, ela faz uso do corpo de forma empoderada e resiliente: *“Primeiro é o close, é um, é um tapa na cara da sociedade, quebrando tabus, ao qual as travestis também abrem as portas pros homossexuais”* (E4). O empoderamento também foi observado nas falas de outras entrevistadas, que citaram “garra, “força” e “revolução” ao se referirem a si e às suas vivências. Nota-se que esse empoderamento se revela na busca pelo glamour do “mundo feminino”, desde muito antes da transição ser iniciada, dando inspiração e identificação feminina:

“Eu me inspirava naquelas artistas belíssimas da TV, sabe? As maquiagens, aquelas peles delas, sabe? Eu acho que eu me inspirei mais assim, nas artistas, sabe? Numa pessoa de um filme internacional, aquelas mulheres belíssimas” (E10)

Essa identificação com o feminino é um dos primeiros passos para a desconstrução e reconstrução dos gêneros e a construção de uma nova identidade que, diferentemente das identidades *trans* binárias (homens e mulheres *trans*) é fluida entre masculino e feminino, ora contendo ambos, ora indo para além do binarismo (BENEDETTI, 2005; PELÚCIO, 2007). A inspiração para incorporação do universo feminino pode se originar tanto de uma artista quanto de figuras maternas, como é o caso de E7:

“Eu ficava admirada porque eu me inspirava muito na minha mãe, me

olhava, eu via ela se arrumando, se vestindo tal que minha mãe também mexia, a minha mãe era dona de centro de estética e beleza. E eu olhava muito ela, e minha irmã mais velha, aí eu observava e aquilo ali me, foi me chamando atenção de uma certa forma” (E7).

Entretanto, a travesti não busca apenas mudanças físicas, mas também assume comportamentos e atitudes tomadas como “femininas”. Até a carreira que muitas optam por seguir é ligada a valores femininos, como cuidados estéticos, cabelo, maquiagem, unhas, etc, que nada mais é do que uma maneira de desfazer e refazer o gênero. Assim, a travesti também se aproxima da arte, da dança e das apresentações performáticas, meios em que ela alcança sua autoafirmação. Este último ponto, dentre outros, se destaca por ser tanto um meio de confirmação de sua identidade como também um artifício de diferenciação de outros grupos como homens gays, que são erroneamente associados às travestis, e mulheres *trans* (BARBOSA, 2013; FERNÁNDEZ, 2004; LOURO, 1997).

Quanto aos homens gays, algumas participantes relataram um incômodo em serem comparadas a eles. visto que elas não se identificam como homens e nem necessariamente como gays, mas sobre elas recai um outro estigma: o da homossexualidade: “*Aos olhos da sociedade, eu acho que é tudo viado, tudo é igual, né? (risos) Mas na comunidade tem uns que fica: ‘Ah mas vocês não é travesti, vocês são viadinhos (risos)’, então, é muito difícil, complicado*” (E6). Em outras palavras: homens gays são associados a traços socialmente tidos como femininos (seja no comportamento, aparência ou orientação sexual). A partir daí, estabelece-se uma relação entre o homem gay e a travesti, que foi designada do sexo masculino ao nascer e transformou o seu corpo em um corpo com mais traços femininos. Dessa forma, a travesti seria uma espécie de “personificação” do estigma homossexual: o estigma da efeminação de um corpo biologicamente do sexo masculino (NEWTON, 1979). Esse discurso acab produzindo discriminação entre travestis e homens gays.

Já quanto à associação às mulheres *trans*, devido principalmente à semelhança do processo de transformações corporais, uso de hormônios, etc, a ambiguidade de gênero emerge como um divisor de águas:

Eu acho que, uma mulher *trans* no meu, né? Na minha cabeça, é o que eu entendo como uma mulher *trans*, tem muito mais insegurança, é, com o seu corpo, é, almeja coisas que uma travesti não, não sente, sabe? Igual, uma travesti, ela tem, ela quer ser uma figura feminina também, almeja, desejos de mulher, porém, não tem tanto desconforto com o seu corpo né? É um pouco mais segura de algumas coisas que uma mulher *trans* não, entendeu? Porque igual, eu tenho amigas travestis que são incríveis. É, meninas que não têm complexos com o seu corpo, são meninas que querem mais, mas não têm problema com o que têm. Eu conheço mulheres *trans* que que o sonho também era, tipo assim: “ah, o meu sonho, era me sentir completa, entendeu? Que para mim é uma coisa que nunca, nunca senti. São essas pequenas diferenças (E3).

Neste trecho, ao dizer que “*ela quer ser uma figura feminina também, almeja, desejos de mulher, porém, não tem tanto desconforto com o seu corpo*” (E3), a entrevistada demonstra que o desejo pela dualidade e a sensação de ser parte de dois mundos socialmente opostos criam uma subjetividade própria à travesti, e uma alternativa às formas de vida convencionais (FERNÁNDEZ, 2004; STRYKER, 2008). O corpo travesti não se prende às amarras de gênero que exigem coerência entre sexo, gênero e sexualidade, e assim, não se sente “incompleto”.

Outra entrevistada, E10, vai ainda mais longe ao dizer que usa os seus dois nomes, o social e o civil, não se importando em ser tratada ora no masculino, ora no feminino, afinal “*é uma mistura de ‘ele’ com ‘ela’*” (E10). Logo, a capacidade de conter os dois gêneros é o que gera o potencial político da travesti, ao mesmo tempo em que gera sua estigmatização e a torna invisível perante a sociedade.

Essa condição também se faz presente no mundo do trabalho. A travesti enfrenta não apenas constrangimentos diários como o uso do banheiro, o nome social e o assédio, pois o estigma começa ainda no momento de procura por uma ocupação formal (ALMEIDA; VASCONCELOS, 2018). Por serem corpos considerados abjetos, que em sua maioria não são dotados de muita passabilidade, o acesso ao mercado de trabalho lhes é vedado. E4 relata uma situação em que participou de uma seleção por telefone, e quando compareceu na empresa, foi desclassificada por “não possuir aparência confortável para os clientes”. E1 também afirma que essa discriminação não é reduzida mesmo que a travesti seja altamente qualificada para a vaga.

A identidade da travesti está marcada em seu corpo e dificilmente esta se passa de

forma despercebida (CARVALHO; CARRARA, 2013). Mas por outro lado, a negação da identidade para obtenção de emprego é uma violência que a obriga a constantemente se adaptar à lógica heteronormativa dentro do local de trabalho, visto que, mesmo aquelas organizações que afirmam possuir práticas de inclusão e recrutam travestis não se mostram tão abertas ou preocupadas em problematizar e lutar contra a discriminação (TYLER, 2019). E1 ilustra essa situação:

Não é só no mês, do, das LGBT, que tem que colocar a bandeira lá, é o ano todo, né? E além de colocar a nossa bandeira (*trans*), dar oportunidade, não ficar só uma coisa de *marketing*. Porque, infelizmente, o momento atual usa nós muito como *marketing*, coloca lá que dá visibilidade para pessoas *trans* e não dá merda nenhuma, é tudo uma falácia (E1).

E2 também retrata a situação ao relatar que muitas organizações afirmam ser “*lgbtqia+ friendly*”, mas se limitam a contratar apenas homens gays e, raramente, homens *trans* que possuem grande passabilidade. Portanto, a travesti busca outros caminhos para atuar no mercado de trabalho de forma que não negue a sua identidade, seja na prostituição ou seja como autônoma, esta última, porém, é uma minoria entre esse grupo (THANEM, 2011; NETO; SARAIVA, 2014). No eixo seguinte a autoafirmação e outros comportamentos serão analisados e o impacto que possuem em resistir à cisheteronormatividade, tanto na sociedade quanto dentro das organizações..

6.8 Resistências

Neste último eixo de análise foram agrupadas os relatos das resistências por elas praticadas e de que forma a resistência é considerada como uma resposta às relações de poder. Aqui também são discutidas as medidas de mitigação do estigma e até que ponto podem ou não ser efetivas. Tendo em vista que as relações de poder são assimétricas e alguns grupos exercem mais poder do que outros, é natural compreender porque alguns discursos são mais hegemônicos do que outros (FOUCAULT, 1979). Nesse contexto, a resistência, enquanto reação ao poder, pode ser uma saída para lutar contra o estigma e a violência. Porém, a resistência é limitada devido às discrepâncias do poder.

Como forma de resistência mais básica, está a autodefesa: Algumas travestis são alvo de tanta violência e estigmatização que, em resposta, agredem os agressores, valendo-se às vezes de objetos como armas de choque ou tesouras. Outra opção é à resposta a agressão verbal com xingamentos, conforme ilustra E4: *“Eu xingo, eu brigo com o povo, né? Xingo, o povo todo: ‘Me respeita, cê tá doido?’*”. Em um dado momento da entrevista com E4, ela tira da bolsa uma tesoura com ponta, afiada e exhibe, orgulhosa: *“Tem que se defender, né? O respeito a gente conquistou na base da luta, da guerra, não na base do respeito mesmo, da ética”* (E4). Essas atitudes são apenas de autodefesa, mas infelizmente, as travestis são tão estigmatizadas que mesmo a autodefesa foi incorporada a um discurso de que ser travesti é ser violenta (FERNÁNDEZ, 2004), o que limita mais a situação.

Por outro lado, existem outras formas de resistência que se mostraram mais eficientes, porém a longo prazo, como o empoderamento do termo “travesti”, que inicialmente surgiu com significado pejorativo, mas ganhou contornos de luta e superação, mesmo ainda carregando um grande estigma (BERKINS, 2006). nesse sentido de empoderamento, as crescentes lutas por direitos têm ganhado força como resistência:

A gente ainda vive num mundo que nos estigmatiza muito, sabe? É ainda como, bem, recentemente temos aparecido mais à luz do dia. Temos lutado mais pelos nossos espaços dentro da sociedade, as pessoas começaram a nos ver mais agora e, o ato de nos ver mais agora não significa que a gente nunca esteve aqui (E2).

Talvez a maior forma de resistência seja a própria existência das travestis: *“Nossos corpos são políticos, e nós existimos, ser travesti é uma existência independente da invisibilidade”* (E1). Ou nas palavras de E2:

“Sabiam da nossa existência, mas fingiram que a gente não existe. E agora eles estão tendo que bater de frente com a nossa cara. E isso assusta eles, porque, estamos conseguindo aos pouquinhos, a passos de formiga um pouco do nosso espaço. Então, a, a cisgeneridade, num todo, ela não tá pronta pra, pra lidar com corpos trans”.(E2)

Apesar de eficientes a longo prazo, existe ainda a necessidade de se lutar contra a

falta de empregos, baixa escolaridade, etc. Assim, para estas questões, surge o apoio de grupos, por meios informais ou via de ONGs que ofertam abrigo, alimentação e profissionalização, elevando as chances de empregabilidade, dado que a falta de capacitação técnica e o abandono escolar precoce são condições muito recorrentes a estas pessoas: “(...) são ONGs que ajudam a fazer coisas, a saber de coisas, né? Pra mim é tudo, é tudo muito importante, porque é uma rede de apoio né? Tudo que acontece e precisa de apoio, ela funciona” (E5).

Destaca-se também a busca por trabalhos autônomos como maneira de subsistência e também para a construção de um ambiente menos violento. E3, por exemplo, reflete sobre a diferença entre estar em um espaço heteronormativo e outro não (como o seu salão de design de sobrancelhas). Observa-se ainda que tais ocupações são ligadas ao cuidado do corpo, beleza e estética, o que se relaciona com as inspirações nas vedetes (mulheres glamourosas e que performam tipicamente o gênero feminino) e com a busca do universo dito “feminino” (BENEDETTI, 2005, FERNÁNDEZ, 2004).

Ninguém faz nada por nós. A gente que tem que fazer um curso, guardar um dinheiro, colocar um salão de beleza, colocar um restaurante, qualquer coisa pra gente trabalhar pra gente (E5).

Entretanto, a busca por meios alternativos de trabalho não se trata de um processo “fácil” ou que é sempre bem sucedido, pois tendo em vista as condições socioeconômicas em que se encontram, possuindo pouco ou quase nenhum recurso, impossibilitadas de existirem enquanto sujeitos, com pouco ou nenhum grau de escolaridade (BENEDETTI, 2005), as travestis recorrem à meios de trabalho alternativos e socialmente “sujos” como a prostituição. Esta opção por sua vez é a mais presente entre este grupo (BENTO, 2006; BERKINS, 2006):

“É a gente com a gente. A gente que tem que se prostituir primeiro, arrumar outro emprego e juntar, juntar um dinheiro e abrir o próprio negócio, porque ninguém ajuda a gente. O pessoal, pelo contrário, quando chega nos lugares pra gastar, aí o pessoal atende a gente bem, mas se for perguntar por emprego, pessoal diz: “Ah, deixa teu currículo”. Só isso e nunca chama” (E10)..

Ou seja, as chances de empregabilidade são extremamente reduzidas. Todavia,

há caminhos possíveis para se contornar a situação, que se evidenciam por meio do empoderamento: o movimento iniciado nos anos 1980 que busca a apropriação e a ressignificação da “travesti” tem possibilitado a conquista de visibilidade e legitimidade social (BERKINS, 2006; CARVALHO; CARRARA, 2013). Isto se revela na reafirmação do grupo como identidade, na criação de espaços seguros para identidades trans (como ONGs) e que fomentam redes de apoio mútuo:

ONGs conseguem profissionalizar e ajudar esses corpos a encontrar o seu lugar de trabalho. Mas só profissionalização não adianta porque você pode ter quinhentas mil travestis estudadas, graduadas, com mestrado se você não tiver empresas aptas e abertas, a contratá-las, você tem um monte de mulher com o diploma pegado na parede, que não vai servir de nada(E1).

Neste sentido, quando se olha para o mundo corporativo, dificilmente se encontram empresas nas quais existem pessoas trans trabalhando, e mais dificilmente ainda se encontra locais com travestis trabalhando. A enorme falta de empregabilidade *trans* é apontada por todas as entrevistadas deste estudo, além da ineficiência ou a inexistência de políticas de inclusão voltadas para a diversidade, indo de encontro aos estudos de Irigaray e Saraiva (2009), Neto e Saraiva (2015), entre outros:

As empresas entenderem que a gente é mais do que negócio. E começar em primeiro de tudo, parar de falar: ‘Somos LGBT *friendly*’; esse T que tá lá não é de tatu, é de travesti, então você começar a falar: ‘Somos LGBT *friendly*’ e só contratar homens gays cis brancos ou, homens gays de uma forma geral, fazer sempre campanhas com homens gays, homens gays e homens gays, você não tá, você não tá pegando a sigla LGBT, você tá pegando o G da sigla porque hoje em dia é o que é mais aceito(E2).

Também faltam políticas governamentais de assistência, apoio e inclusão, que garantam direitos básicos à essa população tão vulnerável. Assim, soluções possíveis têm saído apenas de dentro dos próprios espaços criados por travestis e para travestis.

7 CONCLUSÃO

Esta dissertação buscou analisar, sob o olhar da analítica *queer* e da concepção de estigma, como as relações de poder impactam na produção do estigma de travestis e conseqüentemente no mercado de trabalho para elas, bem como a maneira que os estereótipos acerca desse grupo são reforçados no contexto do trabalho.

Foi utilizado para isso um arcabouço teórico que tratou de gênero, identidade e estigma sobre a ótica das relações de poder. Foi analisada a construção discursiva do gênero, e voltou-se um olhar sob as condições em que os discursos sobre sujeitos não cisgêneros surgiram, tomando força no século XX com um viés patológico, até o século XXI e as múltiplas identidades não cisheteronormativas. Por meio das entrevistas e do contato com as entrevistadas, foi possível compreender mais as condições em que se encontram e o verdadeiro potencial transformador que elas possuem.

Conforme as entrevistadas pontuaram, a identidade travesti é uma identidade de afirmação, de empoderamento. Todavia, esta identidade é tomada para si e assumida em momentos específicos, que dependem do contexto social. Em outras palavras, sendo um gênero não binário, mas fluido, é válido dizer que a travesti contém elementos do universo masculino e feminino, e isso dá a ela mais meios de resistir. Se por um lado a mulher *trans* tem mais oportunidades e vantagens devido à sua passabilidade, a travesti consegue se libertar das amarras sociais da coerência entre sexo/gênero e orientação sexual.

As travestis aqui pesquisadas utilizam uma “carta na manga”. No dia a dia do trabalho e da vida em sociedade, a travesti se vale da identidade de mulher *trans*. Entretanto, em momentos de reafirmação e de luta por direitos, ela assume sua identidade de travesti para mobilizações políticas. A travesti é muito mais uma identidade política e performática (no sentido de performance) do que propriamente uma identidade em que pessoas *trans* se identificam num primeiro momento (BERKINS, 2006). o termo e a ideia de ser “travesti” ainda é recheado de estigma e negado por diversas pessoas *trans* por receio de marginalização, e daí surge o componente político, pois é necessário um certo grau de engajamento nas lutas

sociais (especificamente as lutas LGBTQIA+) para se reconhecer enquanto travesti e as características históricas deste gênero. Analisando as entrevistas das participantes, pode-se observar que, sendo um gênero fluido, o gênero travesti permite assumir ora o gênero mulher, ora outro gênero.

Quanto à relação entre estigma e trabalho no contexto da travesti, pôde-se observar que os mesmos estigmas enfrentados na sociedade estão presentes no trabalho, sendo eles: a perda de *status* de ser humano, prostituição, corpos abjetos, criminalidade e agressividade. A relação entre o estigma e o trabalho é complexa. Os estereótipos sobre as travestis estão muito arraigados na mente das pessoas, e as relações de poder entre a travesti e a sociedade são extremamente desiguais. O poder não apenas foi capaz de reproduzir o estigma, mas criou um ciclo vicioso em que o estigma alimenta mais estigma. Em vários momentos das falas das entrevistadas foi possível observar a existência de discriminação entre as próprias travestis, além da reprodução de discursos transfóbicos e reforço de estereótipos negativos. O estigma não moldou apenas a forma como a sociedade lida com a travesti, mas também modelou a maneira como a travesti lida com a sociedade. No mundo do trabalho são desafiadas e em situações frequentes, precisam ser agressivas para evitar situações de assédio, constrangimento, etc. Já quando possuem cargos mais altos (como de gerência) são desacreditadas e se questiona a competência delas.

Os dados desta pesquisa, bem como de pesquisas anteriores, são enfáticos em afirmar a ineficiência e o fracasso de políticas inclusivas no mercado de trabalho formal, devido a todos os estigmas sobre ser uma travesti. Olhando por esse prisma, as chances de reverter os discursos discriminatórios são remotas. As entrevistas demonstraram que ambientes heteronormativos não são capazes de criar políticas eficazes contra a discriminação, pois funcionam sobre a mesma base heterossexualizante em que o estigma e os discursos sobre as travestis operam. Rejeitar essa base significaria desestabilizar todo o tecido social que leva em consideração o sexo/gênero/sexualidade para definir espaços que os sujeitos podem ocupar.

Já por outro lado, essa condição cria possibilidades de emprego por meio de redes

de apoio e a criação de espaços de trabalho pelas próprias travestis, a exemplo dos salões de cuidados estéticos e das ONGs, que qualificam as travestis e se configuram como uma possibilidade de trabalho, dado que tais organizações são geridas por pessoas *trans*. Como apontado pelas entrevistadas E1, E2, E3, E4, E8 e E10, apesar de empresas que se denominam “*lgbtqi+ friendly*” ou apoiadoras da causa *trans* recrutarem travestis para compor o quadro de funcionários, elas não se preocupam em vencer a barreira do estigma e utilizam da suposta inclusão como artifício para elevação dos lucros.

Portanto, a solução mais viável para acesso ao mercado de trabalho e enfrentamento do estigma é a criação de ambientes de trabalho com engajamento político, no sentido de promover a autoafirmação da travesti enquanto identidade e uma classe que luta por espaço diariamente. Nesse sentido, são os próprios espaços *trans* que irão criar soluções para que as demais organizações se adaptem e sejam capazes de vencer a barreira do estigma. O principal componente da identidade travesti é o engajamento político, que supera a questão da dualidade. Em pesquisas anteriores e em relatos de vivências de transvestividades, a travesti performou mais um gênero feminino e buscou uma passabilidade maior no dia a dia, no trabalho, em contextos sociais. Já em movimentos sociais e em lutas por direitos, autoafirmação e defesa do grupo, a identidade travesti é mais assumida, afinal travesti é símbolo de luta, de conquista e de revolução. Esse potencial desestabilizador diminui drasticamente quando a travesti não é engajada em grupos sociais de militância ou de defesa de direitos. Para elas, o termo “mulher *trans*” trata-se de apenas uma higienização do termo “travesti”: elas se sentem como mulheres, mas se autodeclaram como travestis. Realmente por esse ponto de vista as diferenças entre as duas categorias parecem ficar mais borradas, mas só o ato de tentar rotular essas pessoas já ilustra um poderoso discurso normatizador, o que por si só limita as identidades *queers*, plurais e diversas. Há uma gama de formas de se viver as travestilidades, construindo e reconstruindo os gêneros e reorganizando discursos violentos, e nesse meio só há um atributo eficaz em reverter e mudar as relações de poder: a capacidade de resistir.

Não são ações institucionais que vão mitigar o estigma, mas sim a partir das próprias travestis e por meio delas que vão surgir ações que irão balancear os jogos

de poder e produzir novos discursos de aceitação *trans*, mas é algo que está longe de ser alcançado, dada a força dos discursos heteronormatizantes. As ações governamentais que estão sendo tomadas, infelizmente não estão surtindo efeito em termos de políticas públicas, visto que Leis são importantes, mas não suficientes para erradicar o comportamento transfóbico e reduzir em curto prazo as violências, sendo necessárias políticas que promovam mais inclusão e humanização da travesti.

Como sugestão de pesquisas posteriores, recomenda-se estudos com cortes raciais, que são raros no contexto dos estudos transgêneros, mas necessários a fim de se debruçar sobre outras formas de estigma que se sobrepõem às travestis. Também é relevante fazer estudos comparativos entre diferentes grupos de travestis da América Latina, a fim de se observar quais práticas de resistências estão presentes em contextos de culturas diferentes, e descobrir formas de se lutar contra a transfobia, ou elevar a inclusão no mercado de trabalho.

Por último, como dito anteriormente, são os espaços de convivência e de trabalho criados e geridos por pessoas *trans* que irão gerar discursos e soluções eficazes contra a estigmatização das travestis. Logo, é pertinente se aprofundar nas redes de apoio em que elas estão inseridas e se investigar como a capacidade de se renovar e criar um empreendimento próprio (uma característica muito frequente nas travestis) pode apontar para novas formas de organizações plurais, equânimes e possíveis.

8 REFERÊNCIAS

AHL, H. & MARLOW, S. Exploring the dynamics of gender, feminism and entrepreneurship: advancing debate to escape a dead end? **Organization**, v. 19, n. 5, p. 543-562. 2012. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1350508412448695>. Acesso em ago. 2021.

ALMEIDA, M. I Mendes. **Masculino/Feminino: Tensão Insolúvel**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1996. 152 p.

ALMEIDA, C. B; VASCONCELLOS, V. A. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo?. **Rev. direito GV**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 303-333, ago. 2018.

ALVES, M. A.; GALEÃO-SILVA, L. G. A crítica da gestão da diversidade nas organizações. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 44, n. 3, p. 20-29, set. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75902004000300003>. Acesso em nov. 2021.

ANDRADE, Á. L. S. *et al.* Gênero nas organizações: um estudo no setor bancário. **RAE eletrônica**, v.1,n.2, p.1–15,dez.2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1676-56482002000200004>. Acesso em ago. 2021.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Dossiê Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiros em 2022**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>. Acesso em jan. 2023.

BADINTER, E. **XY: sobre a Identidade Masculina**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. 268 p.

BARBOSA, B. C. "Doidas e putas": usos das categorias travesti e transexual. **Revista Sexualidade, Saúde e Sociedade - América Latina**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 352-379, ago/set. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-64872013000200016>

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1. ed São Paulo: Edições 70, 2015, 288 p.

BATISTA, S. M. *et al.* JORNADA TRANS: Um Estudo Acerca da Trajetória de Travestis e Mulheres Transexuais no Mercado de Trabalho do Recife. **Perspectivas Contemporâneas**, v. 15, n. 2, p. 144–166. mai/ago. 2020. Disponível em: <https://revista2.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/view/3176>. Acesso em jul. 2021.

BECKER, S.; SOUZA, L. S. O. Transgênero. *In*: COLLING, A. M.; TEDESCHI, L. A. (org.). **Dicionário Crítico de Gênero**. 2. ed. Dourados: UFGD, 2019. p. 712-714.

BENDL, R.; FLEISCHMANN, A. Diversity management discourse meets queer theory Gender in Management: **An International Journal**, v. 23, n. 6, p. 382-394. 2008.

BENEDETTI, M. R. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 144 p.

BENTO, B. A. M. **A reinvenção do corpo – Sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 256 p.

BENTO, B. A. M. Na Escola se Aprende Que a Diferença Faz uma Diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v 19, n.2, p.549-559, ago, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000200016&lng=pt&tlng=pt. Acesso em set. 2021.

BENTO, B. A. M.; PELÚCIO, L. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.20, n.02, p. 559- 568, ago, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200017&lng=pt&tlng=pt. Acesso em set. 2021.

BERKINS, L. Travestis: una identidad política. In: VIII Jornadas Nacionales de Historia de las Mujeres / **III Congreso Iberoamericano de Estudios de Género Diferencia y Desigualdad**. Villa Giardino, Córdoba. 2006.

BERNARDO, M. H. **Discurso flexível, trabalho duro: o contraste entre a vivência de trabalhadores e o discurso de gestão empresarial**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 97 p.

BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball Sampling: Problems and techniques of Chain Referral Sampling. In: **Sociological Methods & Research**, vol. 2, p. 141-163, nov. 1981.

BIRMAN, J. Se eu te amo, cuide-se. Sobre a feminilidade, a mulher e o erotismo dos anos 80. In: **Cartografias do feminino**. São Paulo: Editora 34, 1999b. 224 p.

BRASIL. Decreto Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016. Brasília, 28 abr. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm. Acesso em 30 ago. 2021.

BRINKMANN, S. The Interview. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **The SAGE Handbook of Qualitative Research**.. London, vol. 5, cap. 26. 2018.

BUTLER, J. Critically Queer, **GLQ**, vol. 1, p. 17-32. 1993.

BUTLER, J. **Excitable Speech. A Politics of the Performatives**. New York: Routledge, 1997a. 200 p.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 288 p.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 288 p.

CACCIAMALI, M. C.; HIRATA, G. I. A influência da raça e do gênero nas oportunidades de obtenção de renda: uma análise da discriminação em mercados de trabalho distintos: Bahia e São Paulo. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 767-795, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-41612005000400007>

CARRIERI, A. P.; AGUIAR, A. R. C.; DINIZ, A. P. R. Reflexões sobre o indivíduo desejante e o sofrimento no trabalho: o assédio moral, a violência simbólica e o movimento homossexual. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 11, n. 1, p. 165-180, 2013.

CARRIERI, A. P.; SOUZA, E. M.; AGUIAR, A. R. C. Trabalho, violência e sexualidade: estudo de lésbicas, travestis e transexuais. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 18, n. 1, p. 78-95, 2014.

CARVALHO, M. “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 52, 2018.

CARVALHO, M.; CARRARA, S. Em direito a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, n. 14, p. 319–351, ago. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872013000200015&lng=pt&tlng=pt. Acesso em ago. 2021.

CAVEDON, N. R. Método etnográfico: da etnografia clássica às pesquisas contemporâneas. In: SOUZA, Eloisio Moulin. **Metodologias e análises qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual**. Vitória: EDUFES, 2014. p. 65- 92.

COSTA, J.F. **A Face e o Verso: estudos sobre o homoerostimo II**. São Paulo: Escuta, 1995. 303 p.

CREED, W. E. D; SCULLY, M. A. Songs of Ourselves. **Journal of Management Inquiry**, v. 9, n. 4, p. 391–412, 26 dez. 2000. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/105649260000900410>. Acesso em out. 2021.

CZARNIAWSKA, B. Observation on the move: shadowing. In: CZARNIAWSKA, Barbara. **Social science research: From field to desk**. Sage, vol. 1, cap 5, 2014. p.43-56.

DE SOUZA, E. M.; CARRIERI, A. P. When Invisibility Is Impossible. **SAGE Open**, v.5, n. 2, p. 215824401558540, 1 abr. 2015. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2158244015585406>. Acesso em ago. 2021. FERNÁNDEZ, J. **Cuerpos Desobedientes: Travestismo e Identidad de Género**. Buenos Aires: Edhasa, 2004 .213 p.

DUQUE, T. Gêneros Incríveis: um estudo sócioantropológico sobre as experiências de (não) passar por homem/ou mulher. Campo Grande. **Ed. UFMS**. 2017.

FLEURI, R. M. Políticas da diferença: para além dos estereótipos na prática educacional. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 95, p. 495–520, ago. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000200009&lng=pt&tlng=pt. Acesso em set. 2021.

FONTANELLA, B. J. B; RICAS, M. G. B.; TURATO, J. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Caderno de Saúde Pública**, v.24, n.1, p. 17-27, 2008.

FOUCAULT, (1979). M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel**

Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995.

FOUCAULT, M. Diálogo sobre o poder. In: Foucault, M. **Estratégia, poder-saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2003.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. 264 p.

GALEÃO-SILVA, L. G.; ALVES, M. A. A crítica do conceito de diversidade nas organizações. **Anais do Encontro de Estudos Organizacionais.** Recife, PE, Brasil, 2002.

GALLOWAY, L. The experiences of male gay business owners in the UK. **International Small Business Journal: Researching Entrepreneurship**, v. 30, n. 8, p. 890–906, 9 dez. 2012. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0266242610391324>. Acesso em ago. 2018.

GARCIA-LORENZO, L.; SELL-TRUJILLO, L.; DONNELLY, P. Responding to stigmatization: How to resist and overcome the stigma of unemployment. **Organization Studies**, p. 017084062110532, 30 set. 2021. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/01708406211053217>. Acesso em set. 2021.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas S. A., 1999. 248 p.

LASER B. G.; STRAUSS, A. L. The Discovery of Grounded Theory: strategies for qualitative research. **Reprinted.** New York: Aldine de Gruyter, 2006.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes (Trad.). Rio de Janeiro: LTC. 1978. 124 p.

HERRING, C.; HENDERSON, L. From affirmative action to diversity: Toward a critical diversity perspective. **Critical Sociology**, USA, v. 38, n. 5, p. 629-643, set./out. 2012.

HOYER, N. (Ed.). **Man into woman: the first sex change: a portrait of Lili Elbe**. London: BlueBoatBooks. 2004. 272 p

IRIGARAY, H. A. Políticas de diversidade nas organizações: uma questão de discurso? In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Enanpad, 2007a.

IRIGARAY, H. A. R. Estratégias de sobrevivência dos gays no ambiente de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO EnANPAD, 30., Rio de Janeiro, 2007. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007b.

LASTA, L. L.; HILLESHEIM, B. Políticas de inclusão escolar: produção da anormalidade. **Psicologia & Sociedade**; n. 26, (n. spe.), p. 140-149. 2014.

LINK, B. G.; CULLEN, F. T. Reconsidering the social rejection of ex-mental patients: Levels of attitudinal response. **American Journal of Community Psychology**. vol. 11, p. 261-273. 1983.

LINK, B.G *et al.* The social rejection of former mental patients: Understanding why labels matter. **American Journal of Sociology**, vol. 92, p. 1461-1500, 1987.

LINK, B. G.; PHELAN, J. C. Conceptualizing Stigma. **Annual Review of Sociology**, v 27, p. 363–385. 2001. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2678626>. Acesso em out. 2021.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997. 176 p.

LOURO, G. L. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.9, n.2, p. 541-553, 2001.

MATOS, A. A.; LOPES, M. F. Corpo e gênero: uma análise da revista TRIP Para Mulher. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 61-76, jan./abr. 2008.

MISKOLCI, R. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, v. 11, n. 21, p. 150-182, jan./jun. 2009.

MOREIRA, E. A. S.; MARCOS, C. M. Breve percurso histórico acerca da transexualidade. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 25, ed. 2, 2019. p. 593-609, 1 ago. 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/issue/view/1185>. Acesso em: 10 set. 2021.

MOURA, R. G.; NASCIMENTO, R. P. O estigma da feminilidade nas organizações: um estudo a partir da visão de sujeitos gays. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, v. 19, n. 2, p. 203–226, 1 mai. 2020. Disponível em: <http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/2854>. Acesso em jul 2021.

NETO, H. L. C.; SARAIVA, L. A. S. Estigma na trajetória profissional de uma travesti. *TPA-Teoria e Prática em Administração*, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 234-256, jul./dez. 2015.

NEWTON, E. **Mother camp: female impersonators in America**. Chicago. University of Chicago Press. 1979. 158 p.

OLIVEIRA, A. P. **Discurso da exclusão na escola**. Joaçaba: UNOESC, 2002. 170 p.

PELÚCIO, L. M. **Nos nervos, na carne e na pele – Uma etnografia sobre**

prostituição travesti e o modelo preventivo de aids. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, UFSCAR. 2007.

PERES, W. S. **Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania.** 2005. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Saúde; Epidemiologia; Política, Planejamento e Administração em Saúde; Administra) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

PHILLIPS, M.; KNOWLES, D. Performance and Performativity: Undoing Fictions of Women Business Owners. **Gender, Work and Organization**, vol 19, n. 4, p. 416–437. 2012.

PRONI, T. T. da R. W.; PRONI, M. W. Discriminação de gênero em grandes empresas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 1, 2018.

RODRIGUES, L; CARNEIRO, N. S.; NOGUEIRA, C. História das abordagens científicas, médicas e psicológicas sobre as transexualidades e suas aproximações críticas. **Saúde e Sociedade**, vol. 30, n. 2, 2021. Administrativa, [S.l.], v. 19, n. 2, p. 203-226, 2017.

RUMENS, N. Queering cross-sex friendships: An analysis of gay and bisexual men's workplace friendships with heterosexual women. **Human Relations**, v. 65, n. 8, p. 955–978, 12 ago. 2012. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0018726712442427>. Acesso em set. 2021.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 115–136, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100007&lng=pt&tlng=pt. Acesso em set. 2021.

SALIH, S. **Judith Butler e a teoria queer.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. 232 p.

SANDELOWSKI, M. Sample size in qualitative research. *Research in nursing & health*, v. 18, n. 2, p. 179-183, 1995.

SANTOS, A. C. Estudos queer: Identidades, contextos e acção colectiva. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 76, p. 03–15, 1 dez. 2006. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/813>. Acesso em set/2021.

SANTOS, J. V. P. D.; CARRIERI, A. P. A DESCONSTRUÇÃO DO SUJEITO NA RELAÇÃO ENTRE O PÓS-ESTRUTURALISMO E A ANALÍTICA QUEER. **Revista Sociais e Humanas**, v.28, n. 3, p. 08, 30 jun. 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/18393>. Acesso em set. 2021.

SANTOS, J. C. S.; ANTUNES, E. D. D. Relações de gêneros e liderança nas organizações: rumo a um estilo andrógino de gestão. **Gestão Contemporânea**, v. 10, n. 14, p. 35-60. jul/dez, 2013.

SARAIVA, L. A. S. IRIGARAY, H. A. R. Políticas de diversidade nas organizações: uma questão de discurso? **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 49, n.3, p. 337-348, jul./set. 2009.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. v. 20, n. 2, jul/dez. 1995.

SILVA, M. A.; LUPPI, C. G.; VERAS, M. A. S. M. Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 5, p. 1723–1734, mai. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000501723&tlng=pt. Acesso em jul. 2021.

SOUZA, E. M.; CARRIERI, A. P. A Analítica Queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero (Edição Especial Temática sobre Diversidade e Inclusão nas Organizações). **RAM, Revista de Administração Mackenzie**, v. 11, p. 46-70, 2010.

STRYKER, S. **Transgender history**. Berkeley: Seal Press, 2008. 190 p.

THANEM, T. Embodying transgender in studies of gender, work, and organization. In E. Jeanes, D. Knights, & P. Y. Martin (Eds.), **Gender, work and organization handbook** Oxford, Wiley, p. 191-204, 2011.

THANEM, T.; WALLENBERG, L. Just doing gender? Transvestism and the power of underdoing gender in everyday life and work. **Organization**, v. 23, n. 2, p. 250–271, 28 mar. 2016.

TYLER, M. Reassembling difference? Rethinking inclusion through/as embodied ethics. **Human Relations**, v. 72, n. 1, p. 48–68, 17 jan. 2019. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0018726718764264>. Acesso em ago. 2021.

TYLER, M.; COHEN, L. Spaces that Matter: Gender Performativity and Organizational Space. **Organization Studies**, v. 31, n. 2. p. 175-198. 2010.

VASCONCELOS, T.; MEDRADO, B. Experimentations queer in a research about production of femininities in “trans bodies”. **Athenea Digital. Revista de pensamiento e investigación social**, v. 16, n. 2, p. 389, 5 jul. 2016.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. **ICD-11 for mortality and morbidity statistics**. Geneva, 2019.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO Director-General’s opening remarks at the media briefing on COVID-19 - 11 March 2020**. WHO. Geneva. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19-11-march-2020>. Acesso em: set. 2021.

APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Qual é o seu nome social, a sua idade e profissão?
2. Com qual identidade de gênero você se identifica? E qual o pronome que você prefere ser tratada?
3. Você mora com família ou alguém? Quem?
4. Como foi a transição corporal e o que ela significou pra você?
5. Quais foram as mudanças no seu corpo, na sua vida, que você acha que são as principais pra você se tornar quem você é hoje?
6. Quais foram os principais desafios que você teve de enfrentar?
7. Quais são as principais ideias que você acha que existem sobre o que é ser travesti?
8. E pra você, o que é ser travesti?
9. Quais são as principais dificuldades ou desafios que você encontra no momento de procurar um emprego?
10. E como você acha que o seu corpo interfere no momento em que você está no trabalho?
11. Como é a questão do uso do seu nome social dentro do espaço de trabalho?
12. Há quanto tempo você tem contato com a ONG?
13. Qual o impacto que a ONG teve na sua vida?
14. Como você reage quando acontece alguma situação desconfortável no trabalho?
15. O que você acha que pode ser feito para incluir mais travestis no mercado de trabalho?
16. Você acha que travestis, mulheres trans e homens trans são vistas da mesma maneira?

APÊNDICE B: TERMO DE COMPROMISSO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Sr.(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada **“Travestilidades e Trabalho: Estigma, Trabalho e Identidade de Travestis”**. Trata-se de uma pesquisa de Mestrado em Administração, sob a responsabilidade de **Willey Max de Pinho Costa**, aluno do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo. O **objetivo** da pesquisa é analisar a maneira pela qual o estigma de travestis impacta na vida profissional destas, além de avaliar se as práticas de inclusão das organizações diminuem ou reforçam o estigma de identidades *trans*.

PROCEDIMENTOS, LOCAL E DURAÇÃO DA PESQUISA

A produção de dados da pesquisa se dará por meio de realização de entrevistas individuais. A participação do(a) Sr.(a) será participando das entrevistas. As entrevistas serão gravadas e transcritas, mediante autorização verbalmente expressa para facilitar a análise futura dos dados. Os contatos com os participantes serão realizados previamente, momento em que o objetivo do estudo será apresentado e ocorrerá o convite para participação na entrevista. As entrevistas individuais serão conduzidas pelo pesquisador, almejando respostas

para as perguntas do roteiro semiestruturado. Além dos dados de identificação, as perguntas no roteiro de aplicação da entrevista estão relacionadas às experiências das travestis no contexto de trabalho, barreiras enfrentadas e o impacto em suas vidas.

RISCOS E BENEFÍCIOS

A participação na pesquisa não trará consequências e/ou implicações legais para o(a) sr.(a), enquanto participante. Os eventuais riscos estão relacionados à possibilidade de desconforto ao responder perguntas relacionadas ao seu dia-a-dia de trabalho na organização, seus sentimentos, experiências e emoções. Contudo, garante-se o direito de o entrevistado não responder a alguma pergunta e/ou interromper a entrevista, sem prejuízos. Também é possível tratar de determinados assuntos sem a gravação de áudio, desde que solicitado.

Como benefício, espera-se que os resultados da pesquisa possam proporcionar aos participantes reflexões sobre as próprias situações de trabalho. Além disso, este estudo irá permitir que a marginalização social e profissional de travestis seja denunciada, e pressiona as organizações para que as práticas de inclusão sejam verdadeiramente implantadas e essas pessoas sejam cada vez mais reconhecidas em suas identidades.

GARANTIAS OBRIGATÓRIAS

A pesquisa não prevê gastos do participante em razão de sua participação no estudo. No caso de ocorrer eventual custo/despesa em virtude da participação na pesquisa, o valor será ressarcido pelo pesquisador responsável mediante a comprovação do gasto.

A participação na pesquisa é voluntária e ao participante é garantido o direito de desistir e/ou retirar o consentimento a qualquer momento da realização da pesquisa.

O pesquisador responsável produzirá os dados da pesquisa prezando, a todo

momento, pela confidencialidade e privacidade. A identidade do participante e os dados produzidos serão mantidos em sigilo em todas as fases da pesquisa. A utilização dos dados se dará, exclusivamente, para a dissertação e eventuais produções e publicações acadêmicas subsequentes.

Ademais, em caso de o participante sofrer qualquer tipo de dano decorrente da pesquisa poderá buscar a efetivação do seu direito por meio de ação judicial de indenização.

ACEITE OU RECUSA

Para aceite de sua participação na pesquisa, **basta assinar este termo ao final do documento**. Após o aceite, o pesquisador irá combinar uma data e horário para realização da entrevista com o entrevistado.

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS

Os procedimentos adotados nesta pesquisa se pautam pelos princípios éticos, diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas com seres humanos, conforme as Resoluções nº 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

Para esclarecimento de dúvidas, gentileza escrever para o pesquisador responsável via e-mail willey-maxpc@hotmail.com ou entrar em contato pelo telefone ou WhatsApp, pelo número **(33) 9 9943-6721** (telefone do pesquisador).

Em caso de necessidade de relatar alguma denúncia ou em caso de intercorrências na pesquisa, você poderá procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UFES pelo telefone **(27) 3145-9820** e no endereço Av. Fernando Ferrari, no 514, Goiabeiras, Vitória/ES, CEP 29075-910. Campus Universitário Goiabeiras, sala 07, no Prédio Administrativo do CCHN, ou por e-mail: cep.goiabeiras@gmail.com.

A posse do TCLE é uma garantia relevante, pois contém informações sobre a pesquisa, seus benefícios, garantias e contatos.

Declaro que li e compreendi o termo de consentimento e os procedimentos envolvidos, e aceito participar da pesquisa.

Belo Horizonte, _____ de _____ de _____.

(assinatura do pesquisador)

(assinatura da entrevistada)

APENDICE C: NOTAS DE CAMPO

NOTAS DE CAMPO - 04/03/2022

Entro em contato com a ONG via Instagram. me ofereço para ser voluntário, mas sou informado de que o projeto não está aceitando novos voluntários no momento.

NOTAS DE CAMPO - 15/03/2022

A ong volta de um recesso após uma remodelação do projeto e das aulas. Entro em contato com uma das pessoas responsáveis pelo projeto e que faz parte da assessoria da fundadora da ONG. Sou orientado a entrar em contato com a ONG formalmente, por meio de um número de WhatsApp.

Faço doações de roupas ao projeto, pois acolheram mais pessoas trans nos últimos dias e precisam de roupas.

NOTAS DE CAMPO: 15/05/2022

Conversei com a psicóloga da ONG, fui informado que no momento não seria possível fazer entrevistas, pois o projeto estava passando por uma remodelação interna.

NOTAS DE CAMPO - 18/05/2022

Entro novamente em contato com a mesma pessoa que conheci e que é parte do corpo administrativo do projeto. Sou informado de que o projeto está passando por uma nova remodelação e de que está difícil entrar em contato formalmente com a ONG. A orientação é aguardar até que a ONG volte a funcionar normalmente

NOTAS DE CAMPO - 24/05/2022

Subitamente, uma das mulheres responsáveis pela ong para de responder às minhas mensagens. Tento entrar em contato, mas em vão, visto que não obtive mais nenhuma resposta ou consegui contatá-la novamente.

No mesmo dia, ong responde minha solicitação de pesquisa e informa que todas as atividades da ONG foram suspensas, o que impossibilita a realização da pesquisa

As travestis que eu tinha contato e tinham alguma relação com a ONG me contatam e todas desistem de participar da pesquisa. Perco todos os dados coletados, pois não posso usá-los por motivos de ética na pesquisa.

NOTAS DE CAMPO - 26/05/2022

Tomo conhecimento de uma casa de acolhimento de pessoas trans e entro em contato via WhatsApp. Converso com a fundadora da casa, explico a minha pesquisa e ela se interessa e autoriza que eu pesquise pessoas que fazem parte da casa.

Como retribuição, me ofereço para ministrar aulas de Português, Matemática e Inglês na casa, para pessoas interessadas em fazer vestibular.

NOTAS DE CAMPO - 01/06/2022

“pois é né? tem muito isso de a pessoa pesquisar e sumir no mundo. Lá na (nome de instituição censurado) aconteceu um barraco esses dias com uma travesti e um pesquisador hétero e por isso fecharam ainda mais pra aceitar pesquisa”

a minha identidade, só o fato de ser homem cis, já carrega muitos significados, como performatividades e normas sociais que negam a existência dessas travestis.

(Fim das notas)